

FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A – FUCAPE ES

ESDRAS SIMIONATO PAZ

**IDEOLOGIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA, ALINHAMENTO IDEOLÓGICO E
EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NOS ESTADOS BRASILEIROS**

**VITÓRIA
2025**

ESDRAS SIMIONATO PAZ

**IDEOLOGIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA, ALINHAMENTO IDEOLÓGICO E
EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NOS ESTADOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Soares Monte-Mor.

**VITÓRIA
2025**

ESDRAS SIMIONATO PAZ

**IDEOLOGIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA, ALINHAMENTO IDEOLÓGICO E
EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NOS ESTADOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Aprovada em 16 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Danilo Soares Monte-Mor
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Prof. Dr. Fabio Moraes da Costa
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Prof. Dr. Fernando de Araújo
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

**VITÓRIA
2025**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, elevo minha gratidão a Deus, fonte inesgotável de força e sabedoria, que me guiou nesta jornada desafiadora do mestrado.

À minha esposa, meu porto seguro, e aos meus filhos, razão de tudo o que faço, obrigado pela paciência nos períodos dedicados aos estudos, pela compreensão nas ausências e pelo amor que nunca faltou. Em meio a tantos desafios que o mestrado trouxe, Deus ainda me presenteou com a chegada da nossa Maria Clara, que nasceu durante esse período e renovou minhas forças quando eu mais precisava. Vocês são minha maior motivação.

Manifesto meus sinceros agradecimentos a todos que, de forma solícita, compartilharam suas experiências, contribuindo de maneira significativa para a realização desta pesquisa. Estendo minha gratidão ao corpo docente do programa de Mestrado da Fucape Pesquisa e Ensino S/A pelos valiosos conhecimentos transmitidos, os quais foram essenciais para meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Dirijo um agradecimento particular ao Professor Dr. Danilo Soares Monte-Mor, meu orientador, pelo comprometimento exemplar e pela vastidão de seu conhecimento. Sua disponibilidade constante, aliada à orientação precisa e ao suporte acadêmico, foi determinante para a elaboração e conclusão deste trabalho. Sou profundamente grato pela confiança em mim depositada e pela oportunidade de usufruir de sua orientação erudita.

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização desta etapa crucial de minha formação acadêmica, registro meus mais sinceros agradecimentos.

"O primeiro método para estimar a inteligência de um governante é olhar para os homens que têm à sua volta"

(Maquiavel)

RESUMO

Este estudo investigou a relação entre ideologia político-partidária e eficiência dos gastos públicos nos estados brasileiros entre 2010 e 2022, examinando como múltiplas dimensões ideológicas estão associadas ao desempenho governamental em diferentes funções. A pesquisa adotou uma abordagem multidimensional, considerando partido do governador, eleitorado, coligação vencedora e planos de governo. A eficiência foi mensurada por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA), distinguindo eficiência de oportunidade (administração, saúde, educação e infraestrutura) e eficiência musgraviana (distribuição, estabilização e desempenho econômico). A análise contemplou os 26 estados e o Distrito Federal, totalizando 351 observações em painel balanceado, estimadas por modelos OLS com efeitos fixos e controles socioeconômicos e institucionais. Os resultados evidenciam padrões não lineares: a eficiência tende a ser maior em posições mais à esquerda, reduz-se no centro-direita e volta a aumentar em posições mais extremas à direita. Adicionalmente, governos de esquerda apresentam maior eficiência musgraviana, enquanto fatores de coesão política — como homogeneidade coalizacional e coerência programática — estão associados positivamente à eficiência de oportunidade. A congruência governo-eleitorado está associada exclusivamente à eficiência musgraviana, indicando maior dependência de legitimidade eleitoral em políticas redistributivas. O estudo demonstra a limitação de modelos unidimensionais em sistemas multipartidários fragmentados, ao integrar quatro dimensões ideológicas com métricas de eficiência desagregadas. Os achados sugerem que coerência programática e homogeneidade coalizacional estão associadas a melhor eficiência do gasto público, oferecendo subsídios para o debate sobre reformas institucionais no sistema partidário brasileiro.

Palavras-chave: eficiência dos gastos públicos; análise envoltória de dados; ideologia político-partidária; governos estaduais; federalismo brasileiro.

ABSTRACT

This study investigates the relationship between political-partisan ideology and public spending efficiency in Brazilian states from 2010 to 2022, examining how multiple ideological dimensions are associated with government performance across different policy functions. The analysis adopts a multidimensional approach, considering four complementary ideological perspectives: governor's party, electorate, winning coalition, and government plans. Efficiency was measured through Data Envelopment Analysis (DEA), distinguishing opportunity efficiency (administration, health, education, and infrastructure) from Musgravian efficiency (distribution, stabilization, and economic performance). The dataset comprises 351 balanced-panel observations for the 26 states and the Federal District, estimated using OLS models with fixed effects and socioeconomic and institutional controls. Results reveal nonlinear patterns: efficiency is higher at left-wing positions, declines toward the center-right, and rises again at more extreme right-wing positions. Additionally, left-wing governments exhibit higher Musgravian efficiency, while political cohesion factors — such as coalitional homogeneity and programmatic coherence — are positively associated with opportunity efficiency. Government-electorate congruence is exclusively associated with Musgravian efficiency, indicating greater dependence on electoral legitimacy in redistributive policies. The study demonstrates the limitations of unidimensional models in fragmented multiparty systems by integrating four ideological dimensions with disaggregated efficiency metrics. The findings suggest that programmatic coherence and coalitional homogeneity are associated with improved public spending efficiency, offering insights for debates on institutional reforms in the Brazilian party system.

Keywords: public spending efficiency; data envelopment analysis; political-partisan ideology; state governments; Brazilian federalism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores de oportunidade	42
Tabela 2 - Indicadores musgravianos.....	43
Tabela 3 - Média dos Índices DEA e MUSGRAVIANO por subsegmentos	56
Tabela 4 - Estatística Descritiva das Variáveis.....	59
Tabela 5 - Matriz de Correlação	62
Tabela 6 - Estimativas dos Modelos propostos.	67
Tabela 7 - Classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros	96
Tabela 8 - Tratamento aplicado a partidos que passaram por mudanças estruturais	96
Tabela 9 - Estimativas dos Modelos propostos - Ideologia do partido do Governo	98
Tabela 10 - Estimativas dos Modelos propostos - Ideologia do Eleitor	99
Tabela 11 - Estimativas dos Modelos propostos - Ideologia da Coligação.....	100
Tabela 12 - Estimativas dos Modelos propostos - Ideologia do Plano de Governo..	101

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 IDEOLOGIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA EM SISTEMAS MULTIPARTIDÁRIOS.....	14
2.1.1 A dimensão partidária: programas e posições	15
2.1.2 A dimensão eleitoral: preferências do eleitorado	17
2.1.3 A dimensão coligação: heterogeneidade e coordenação	19
2.1.4 A dimensão programática: planos de governo	21
2.2 EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS	23
2.2.1 Conceito e mensuração da eficiência	24
2.2.2 Indicadores de oportunidade.....	25
2.2.3 Indicadores musgravianos	26
2.3 IDEOLOGIA E EFICIÊNCIA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS.....	28
2.3.1 Mecanismos de influência da ideologia sobre a eficiência.....	28
2.3.2 Evidências empíricas e contexto brasileiro	30
2.3.3 Evidências sobre coalizões e compromissos programáticos	32
2.3.4 Síntese das evidências empíricas brasileiras	33
2.4 HIPÓTESES DE PESQUISA	33
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	40
3.1 DESENHO DA PESQUISA	40
3.2 VARIÁVEIS DEPENDENTES: EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS.....	41
3.2.1 Mensuração via análise envoltória de dados (DEA)	41
3.2.2 Indicadores de eficiência	41
3.3 VARIÁVEIS INDEPENDENTES: IDEOLOGIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA.....	44
3.3.1 Ideologia do partido do governador.....	45
3.3.2 Ideologia do eleitor	45
3.3.3 Ideologia da coligação vencedora	46
3.3.4 Ideologia do plano de governo.....	47
3.3.5 Variáveis de alinhamento ideológico	49
3.4 VARIÁVEIS DE CONTROLE	51
3.5 MODELO ECONOMETRICO PROPOSTO.....	53

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	55
4.1 ESTATÍSTICAS DOS ÍNDICES DEA e MUSGRAVIANA.....	56
4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	59
4.3 MATRIZ DE CORRELAÇÃO	62
4.4 RESULTADOS DA ANÁLISE DE REGRESSÃO	66
4.5 DISCUSSÃO DAS HIPÓTESES	74
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE A – CLASSIFICAÇÃO COMPLETA DOS 35 PARTIDOS.....	96
APÊNDICE B – ESTIMATIVAS DOS MODELOS POR SUBDIMENSÃO	98

1 INTRODUÇÃO

O Brasil arrecada 33,5% do PIB em tributos, patamar semelhante à média dos países participantes da OCDE, mas apresenta indicadores incompatíveis com esse nível de gasto: taxa de homicídios de 30,5 por 100 mil habitantes e desempenho educacional abaixo da média internacional no PISA (Lucio & Ayala-García, 2022). Essa ineficiência varia internamente, com disparidades significativas entre estados e mesmo entre escolas com recursos similares, conforme demonstrado em análise de 10.600 unidades educacionais (Agasisti et al., 2022). Em comparações regionais, o Brasil figura entre os menos eficientes da América Latina, com potencial de manter os mesmos serviços com 27% menos gasto (Afonso & Fraga, 2024).

A eficiência dos gastos públicos está relacionada à capacidade dos estados de prover serviços essenciais à população, estando associada à qualidade das entregas em saúde, educação, infraestrutura e administração pública (Adam et al., 2011; Afonso et al., 2005, 2010; Hauner & Kyobe, 2010). Enquanto gestões eficientes maximizam o retorno social dos recursos disponíveis, a ineficiência desperdiça orçamento sem gerar melhorias proporcionais nos indicadores econômicos e sociais (Afonso & Alves, 2023; Tanzi & Schuknecht, 1997). Para compreender os determinantes dessa eficiência, a literatura internacional estabelece a ideologia político-partidária como um fator relevante da política fiscal (Cusack, 1997; Persson & Tabellini, 2000; Potrafke, 2017).

Estudos como o de Hibbs (1977), e análises recentes como a de Magkonis et al. (2021), demonstram que partidos de esquerda e direita possuem preferências distintas. Partidos de esquerda favorecem políticas expansionistas e redistributivas, enquanto partidos de direita priorizam estabilidade macroeconômica e equilíbrio fiscal.

Essa heterogeneidade se traduz em níveis distintos de eficiência na conversão de recursos públicos em serviços, com disparidades significativas mesmo entre unidades com dotações similares (Afonso & Fraga, 2024; Agasisti et al., 2022). A literatura internacional demonstra que a orientação ideológica dos governos está associada sistematicamente às escolhas orçamentárias e à busca por eficiência (Hibbs, 1977; Potrafke, 2010), funcionando como estrutura que organiza conflitos e orienta preferências sobre o papel do Estado (Besley & Case, 2003; Gerring, 1997; Imbeau et al., 2001).

No caso brasileiro, partidos com diferentes posições ideológicas adotam estratégias distintas na alocação de recursos (Arvate et al., 2008; Borges, 2024), padrão que se manifesta no contexto de governos de coalizão e forte multipartidarismo, onde a governabilidade depende de amplas alianças frequentemente heterogêneas (Bertholini & Pereira, 2017; Kinzo, 2004; Samuels & Abrucio, 2000).

Apesar da ampla literatura sobre ideologia político-partidária e suas relações com as políticas públicas, bem como dos avanços recentes na mensuração ideológica em contextos multipartidários, ainda não há estudo que integre quatro perspectivas de análise: partido, coligação, programas de governo e eleitor, para estimar associações diferenciadas sobre a eficiência do gasto público.

Esta lacuna é especialmente crítica no nível subnacional de países federativos com alta fragmentação partidária (Alves, 2023; Mainwaring & Zoco, 2007), onde governos de coalizão heterogêneos enfrentam desafios de governabilidade que elevam custos de coordenação (Bertholini & Pereira, 2017). A ausência de estudos que combinem múltiplas dimensões ideológicas a métricas desagregadas de

eficiência governamental por funções (Afonso et al., 2005) limita a compreensão de como as orientações político-partidárias se relacionam distintamente com o desempenho do setor público.

O problema de pesquisa que orienta esta dissertação é: qual a relação das múltiplas dimensões da ideologia político-partidária com a eficiência do gasto público nas diferentes funções de governo nos estados brasileiros entre 2010 e 2022? O objetivo é estimar a associação dessas quatro dimensões ideológicas com a eficiência das funções do gasto público estadual no período analisado.

A relevância deste estudo situa-se na necessidade de compreender como orientações político-partidárias estão associadas à eficiência dos gastos públicos nos estados brasileiros, questão central para o aprimoramento da governança fiscal no federalismo brasileiro. A pesquisa supera a dicotomia simplista entre "ideologia importa" e "ideologia não importa", oferecendo uma análise multidimensional que considera partido, coligação, programa e eleitorado. Os achados podem informar tanto o debate acadêmico quanto as decisões de gestores públicos e da sociedade civil sobre como orientações ideológicas se relacionam com a conversão de recursos em resultados sociais.

Esta dissertação oferece contribuições em três dimensões, teoricamente, avança na literatura sobre governabilidade de coalizão ao propor e testar um modelo multidimensional de ideologia (partido, coligação, programa e eleitor) em sistemas fragmentados (Bertholini & Pereira, 2017; Bolognesi et al., 2023; Power & Zucco, 2009). Empiricamente, apresenta a primeira análise sistemática da relação entre ideologia e eficiência no nível estadual brasileiro (2010-2022), criando um banco de dados inédito que combina posicionamento ideológico em quatro perspectivas com

mensuração de eficiência desagregada por funções governamentais (Afonso & Fraga, 2024). Praticamente, ao identificar como orientações político-partidárias se relacionam distintamente com as funções do gasto, oferece evidências para o desenho de políticas e reformas institucionais que visem aprimorar a alocação de recursos e a *accountability* democrática (Keefer, 2007).

Este trabalho está estruturado em cinco seções. Após esta introdução, a Seção 2 apresenta o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, discutindo os conceitos de ideologia e eficiência. A Seção 3 detalha a metodologia, incluindo a fonte dos dados, a operacionalização das variáveis e os modelos econométricos. A Seção 4 apresenta os resultados das análises. Finalmente, a Seção 5 conclui o trabalho, sintetizando os achados, discutindo suas implicações e apontando direções para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IDEOLOGIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA EM SISTEMAS MULTIPARTIDÁRIOS

A ideologia político-partidária constitui um dos conceitos centrais da ciência política, definida como um sistema estruturado de crenças sobre o papel do governo na economia e na sociedade (Jost et al., 2009; Schmidt, 1996). Tradicionalmente, a ideologia é operacionalizada de forma unidimensional, posicionando partidos em um eixo esquerda-direita, onde governos de esquerda favorecem redistribuição e gasto social, tolerando maior inflação em prol do emprego, enquanto governos de direita priorizam estabilidade de preços, desregulamentação e menor intervenção estatal (Dalton, 2008; Hibbs, 1977; Potrafke, 2017).

Contudo, essa visão unidimensional encontra limitações em contextos de alta fragmentação partidária (Carreirão, 2014). No Brasil, o arranjo federativo e a descentralização político-administrativa, que promovem a formação de coalizões subnacionais em um cenário de intensa fragmentação (Alves, 2023; Bertholini & Pereira, 2017; Oates, 2005), tornam evidente a complexidade da gestão fiscal. Os partidos possuem posições ideológicas identificáveis e relativamente estáveis (Bolognesi et al., 2023; Power & Rodrigues-Silveira, 2019), mas o sistema apresenta coligações ideologicamente heterogêneas (Raile et al., 2011) e baixa identificação partidária entre eleitores (Braga & Pimentel, 2011; Samuels & Zucco, 2014).

Diante dessa complexidade, esta pesquisa adota uma abordagem multidimensional que decompõe a ideologia em quatro perspectivas complementares (Bolognesi, 2024; Feldman & Johnston, 2014; Jost et al., 2009). A primeira é a ideologia do partido do governador, mensurada por *expert surveys* (Bolognesi et al.,

2023). A segunda é a ideologia do eleitorado, capturando preferências reveladas pelos votos (Berry et al., 1998, 2010; Kim & Fording, 1998). A terceira é a ideologia da coligação vencedora, refletindo custos de coordenação e heterogeneidade no governo (Araújo, 2017; Bertholini & Pereira, 2017). A quarta é a ideologia dos planos de governo, medida por análise de conteúdo e metodologias automatizadas para identificar o programa *ex ante* (Däubler & Benoit, 2022; Jorge et al., 2020).

Essa decomposição captura diferentes mecanismos pelos quais a ideologia está associada a políticas públicas e eficiência dos gastos (Arvate et al., 2008; Herwartz & Theilen, 2017). A ideologia partidária define prioridades alocativas e a composição do gasto (Imbeau et al., 2001; Potrafke, 2017). A ideologia do eleitorado funciona como mecanismo de *accountability* democrática, orientando o voto com base em preferências ideológicas e julgamento retrospectivo (Berry et al., 1998, 2010; Fuks & Marques, 2020). A ideologia da coligação está relacionada aos custos de coordenação política, que aumentam em função de heterogeneidade ideológica e do monitoramento entre parceiros (Bertholini & Pereira, 2017; Perotti & Kontopoulos, 2002). Por fim, a ideologia programática sinaliza compromissos *ex ante* e credibilidade (Jorge et al., 2018; Tarouco & Madeira, 2013).

As subseções seguintes detalham cada dimensão, fornecendo fundamentação conceitual e metodológica para sua operacionalização empírica.

2.1.1 A dimensão partidária: programas e posições

A ideologia do partido do governador representa a primeira dimensão analítica, capturando o posicionamento programático da legenda que ocupa o Executivo estadual. Partidos políticos são portadores de preferências ideológicas relativamente

estáveis, que orientam suas escolhas de políticas públicas quando no poder (Bolognesi, 2024; Hibbs, 1977; Schmidt, 1996). A literatura internacional estabelece que partidos de esquerda e direita possuem preferências distintas e sistemáticas sobre o papel do Estado (Cusack, 1997; Magkonis et al., 2021).

Essa divergência programática se traduz em resultados distintos, estando associada à composição dos gastos, à liberdade econômica e à eficiência do setor público (Adam et al., 2011; Hashim et al., 2025). Contudo, no Brasil, a alta fragmentação partidária (Borges, 2019; Carreirão, 2014) deixa ainda mais complexa essa relação, favorecendo o pragmatismo em detrimento da coerência ideológica (Alves, 2024b; Zucco, 2009). Tais dinâmicas instrumentalizam o programa partidário, pois a necessidade de formar coalizões heterogêneas resulta em altos custos de coordenação política e no monitoramento mútuo entre parceiros de governo (Araújo, 2017; Bertholini & Pereira, 2017).

Contudo, evidências empíricas contradizem essa visão simplista. Estudos sobre comportamento legislativo demonstram disciplina partidária significativa, indicando que os partidos agem como vetores programáticos e não apenas como meros arranjos eleitorais (Figueiredo & Limongi, 2000; Leoni, 2002). A aplicação de escalas de *expert survey* revela que os partidos brasileiros possuem posições ideológicas identificáveis e estáveis ao longo do tempo (Bolognesi et al., 2023). Tais posições ideológicas demonstram estar associadas a resultados concretos, a ideologia partidária está relacionada ao comportamento fiscal dos governos estaduais (Arvate et al., 2008), com a direita alcançando melhores resultados primários, e também está associada à eficiência do setor público em contextos subnacionais (Adam et al., 2011).

Nesta pesquisa, a ideologia do partido do governador é operacionalizada pela classificação proposta por (Bolognesi et al., 2023), baseada em *expert surveys* aplicados a especialistas em ciência política brasileira. Essa mensuração captura o posicionamento programático histórico de cada legenda em uma escala contínua de esquerda-direita, representando as preferências do agente que detém o poder de agenda no Executivo estadual. A orientação ideológica do partido governante constitui o ponto de partida para a análise de como as escolhas políticas se relacionam com a eficiência do gasto.

2.1.2 A dimensão eleitoral: preferências do eleitorado

Enquanto a ideologia partidária captura preferências programáticas do governante, a segunda dimensão foca nas preferências políticas do eleitorado. A ideologia do eleitor representa a demanda social por políticas públicas, funcionando como mecanismo de *accountability* democrática (Berry et al., 1998, 2010). O princípio da responsividade sustenta que os governos ajustam suas políticas em resposta às preferências da sociedade (Stimson et al., 1995). Berry et al. (1998, 2010) demonstram, no contexto americano, que a posição ideológica do eleitorado mediano está associada às políticas estaduais.

A teoria do voto retrospectivo instrumental introduz uma tensão importante nesse mecanismo (Allers & Rienks, 2024). Segundo essa perspectiva, os eleitores podem punir ou recompensar governos com base em resultados econômicos concretos, independentemente da plataforma ideológica. A questão central reside em saber se os eleitores funcionam primariamente como censores de desempenho ou

como demandantes de políticas específicas, um conflito que define a natureza da *accountability* democrática (Belchior et al., 2024).

No Brasil, o baixo nível agregado de identificação partidária e o cenário de fragmentação multipartidária poderiam sugerir um enfraquecimento do voto ideológico (Braga & Pimentel, 2011; Carreirão & Kinzo, 2004; Samuels & Zucco, 2014). Contudo, evidências empíricas contradizem essa interpretação, a ideologia ainda funciona como um atalho informacional relevante, pois eleitores, inclusive os menos sofisticados, votam no candidato que está mais próximo de suas posições ideológicas (Izumi, 2019). Além disso, a ideologia do eleitorado varia significativamente entre as unidades federativas, refletindo o impacto do contexto e das diferenças socioeconômicas regionais na consistência ideológica do voto (Fuks & Marques, 2020; Power & Rodrigues-Silveira, 2019).

Berry et al. (1998, 2010) estabelecem o fundamento teórico de que resultados eleitorais permitem inferir preferências ideológicas do eleitorado, criando uma medida robusta da demanda social por políticas públicas. Kim e Fording (1998) operacionalizam essa abordagem para sistemas multipartidários, ponderando posições partidárias pelos votos recebidos para estimar a posição do eleitor mediano, metodologia particularmente adequada ao contexto brasileiro (Carreirão, 2014; Samuels & Zucco, 2014). Nesta pesquisa, a congruência entre a ideologia do governador e a do eleitorado mediano é interpretada como fortalecimento dos mecanismos de *accountability* vertical (Berry et al., 2010; Stimson et al., 1995). Um maior alinhamento ideológico reduz a assimetria de informação entre governantes e governados, pois a ideologia funciona como um atalho que otimiza a decisão de voto

do eleitor (Downs, 1957; Izumi, 2019), conferindo maior capital político ao governante para implementar sua agenda programática.

2.1.3 A dimensão coligação: heterogeneidade e coordenação

Além da ideologia do partido do governador e das preferências do eleitorado, a terceira dimensão analítica foca na composição ideológica da coligação governista. Em sistemas multipartidários, governos raramente dispõem de maiorias parlamentares próprias, dependendo de alianças para garantir governabilidade (Alves, 2024a; Couto et al., 2021). A teoria dos custos de coordenação postula que governos de coligação, especialmente os mais fragmentados, enfrentam maiores dificuldades para formar consensos e implementar políticas fiscais disciplinares, pois os parceiros têm incentivos para proteger seus gastos específicos em detrimento do equilíbrio orçamentário agregado (Cusack, 1997; Perotti & Kontopoulos, 2002; Roubini & Sachs, 1989).

A teoria dos vetos players complementa essa visão, argumentando que a relação entre fragmentação e mudanças de política depende da distância ideológica entre os atores. Um grande número de veto players com posições ideológicas distintas dificulta a realização de mudanças de política e de compromissos fiscais (Tavares, 2004; Tsebelis, 1995, 2002). Uma coligação ideologicamente heterogênea tende, portanto, a aumentar os custos de transação e a dificultar a implementação de uma agenda coerente, uma vez que a assimetria de informação entre os parceiros aumenta, incentivando o monitoramento mútuo e a competição por influência (Araújo, 2017; Bertholini & Pereira, 2017; Herwartz & Theilen, 2017). Essa tensão entre

amplitude e coesão ideológica caracteriza o dilema fundamental dos governos de coalização (Müller & Strøm, 1999).

No Brasil, o modelo de governo de coalizão, dada a extrema fragmentação partidária no Legislativo, representa um caso paradigmático dessa dinâmica de gerência de apoio (Araújo, 2017; Borges, 2019; Couto et al., 2021). Para garantir a governabilidade em nível federal e estadual, os chefes do Executivo recorrem à distribuição de portfólios e cargos entre os partidos da coligação, uma estratégia mensurada pelo conceito de *coalescence* (Raile et al., 2011). No entanto, essa estratégia de acomodação nem sempre é suficiente para mitigar a dispersão ideológica e os conflitos intracoalizão (Bertholini & Pereira, 2017).

Estudos empíricos confirmam que a heterogeneidade ideológica das coligações aumenta a assimetria de informação entre os parceiros, o que eleva a probabilidade de controle horizontal por meio de ações de monitoramento sobre os ministérios dos aliados (Araújo, 2017). Essa dinâmica de monitoramento mútuo e barganha permanente, que é mais intensa em coligações heterogêneas (Perotti & Kontopoulos, 2002), gera ineficiência alocativa, pois os recursos são direcionados para recompensar e gerenciar o apoio político em vez de priorizar o maior retorno social, o que se traduz em altos custos de governança (Bertholini & Pereira, 2017).

Nesta pesquisa, a dispersão ideológica da coligação vencedora é mensurada como a variância ponderada das posições ideológicas dos partidos que compõem a base de apoio do governador (Berry et al., 2023; Kim et al., 2010). Essa medida captura o grau de heterogeneidade programática da coalizão e seus potenciais custos de coordenação (Perotti & Kontopoulos, 2002; Roubini & Sachs, 1989; Volkerink & De Haan, 2001). A expectativa teórica é que maior dispersão ideológica esteja associada

a menor eficiência dos gastos públicos, devido aos custos de negociação e à fragmentação das prioridades alocativas (Araújo, 2017; Bertholini & Pereira, 2017; Persson & Tabellini, 2000).

2.1.4 A dimensão programática: planos de governo

A quarta dimensão da ideologia político-partidária refere-se aos compromissos programáticos expressos nos planos de governo dos candidatos eleitos. A análise de manifestos partidários constitui ferramenta consolidada na ciência política para medir preferências políticas declaradas (Laver & Budge, 1992). A metodologia desenvolvida pelo Comparative Manifesto Project (CMP) e sua escala Esquerda-Direita (RILE) (*Right-Left Index*) tornaram-se padrão para comparar plataformas partidárias de forma sistemática (Kim & Fording, 1998; Nonnemacher, 2025).

Existe, contudo, ceticismo considerável sobre a credibilidade dos programas de governo como indicadores de ação futura. Keefer (2007) argumenta que, em democracias jovens ou com baixa disciplina partidária, os programas são frequentemente mera retórica eleitoral, sem compromisso firme por parte dos políticos. Em contrapartida, evidências empíricas recentes mostram que o cumprimento de promessas de campanha está relacionado à reeleição (Belchior et al., 2024), sugerindo que os programas funcionam como contrato informal com o eleitorado, cuja quebra acarreta custos políticos.

No Brasil, apesar do reconhecido pragmatismo político e da fluidez das alianças partidárias (Braga & Pimentel, 2011; Carreirão, 2014), estudos que aplicaram análise de conteúdo e a escala RILE a programas de governo demonstram diferenças programáticas discerníveis entre os principais partidos (Jorge et al., 2018). Tarouco e

Madeira (2013) identificaram padrões consistentes de posicionamento ideológico nos documentos programáticos dos partidos brasileiros, com ênfases à esquerda e à direita no espectro ideológico.

Estudos recentes têm utilizado técnicas de processamento de linguagem natural (NLP) para analisar programas de governo de forma automatizada e sistemática (Burst et al., 2024; Le Mens & Gallego, 2025). A aplicação do modelo ManifestoBERTA - modelo computacional de classificação textual desenvolvido especificamente para análise de manifestos políticos - a documentos em português permite classificar sentenças em categorias temáticas e calcular índices ideológicos de forma replicável (Bolognesi, 2024; Törnberg, 2024). No contexto subnacional brasileiro, essa metodologia tem sido aplicada para analisar planos de governo estaduais, revelando variações ideológicas significativas (Jorge et al., 2018, 2020; Tarouco, 2022).

Nesta pesquisa, a ideologia expressa nos planos de governo é operacionalizada de duas formas complementares: pelo índice RILE tradicional e por uma escala bayesiana proposta por Däubler e Benoit (2022). A coerência entre o programa de governo e a ideologia do partido do governador é interpretada como medida de credibilidade programática (Keefer, 2007). Governos com maior alinhamento entre o discurso (programa) e a identidade (ideologia do partido) sinalizam compromisso mais forte com uma agenda de políticas (Tarouco & Madeira, 2013; Venturelli, 2024).

Essa coerência reduz custos de barganha com a burocracia e a sociedade, clarifica métricas de desempenho e cria sinais mais claros de accountability (Araújo, 2017; Cheibub et al., 2004), potencialmente resultando em maior eficiência na

implementação dos gastos públicos. Em conjunto, as quatro dimensões da ideologia político-partidária apresentadas nesta seção oferecem uma abordagem multifacetada que transcende a simplificação unidimensional tradicional. Ao capturar as preferências do partido governante, as demandas do eleitorado, as restrições da coalizão e os compromissos programáticos declarados, esta estrutura analítica permite investigar de forma mais precisa como diferentes facetas da orientação ideológica se relacionam com a eficiência dos gastos públicos estaduais no Brasil.

2.2 EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS

A análise da eficiência dos gastos públicos constitui uma dimensão central nos estudos de finanças públicas e gestão estatal, sobretudo em contextos federativos marcados por desigualdades regionais, limitação de recursos e pressões por resultados sociais (Hauner & Kyobe, 2010; Oates, 1999). A eficiência no setor público (PSE) é entendida como a capacidade de transformar recursos escassos em bens e serviços públicos de forma a maximizar o bem-estar social (Musgrave, 1959; Tanzi & Schuknecht, 1997). Essa abordagem transcende o controle orçamentário e incorpora dimensões qualitativas, como impacto social e equidade (Afonso & Alves, 2023).

A avaliação do desempenho do setor público se baseia nas três funções clássicas do Estado definidas por Musgrave (1959), função alocativa, referente à provisão de bens e serviços públicos; função distributiva, correspondente à correção da distribuição de renda; e função estabilizadora, relativa à manutenção do pleno emprego e da estabilidade de preços. Esta seção apresenta os conceitos e metodologias utilizadas para mensurar a eficiência governamental nessas três funções.

2.2.1 Conceito e mensuração da eficiência

Para mensurar a eficiência dos gastos públicos, esta pesquisa utiliza a Análise Envoltória de Dados (DEA), uma técnica de fronteira não-paramétrica que se tornou padrão na literatura sobre eficiência do setor público (Adam et al., 2014; Afonso & Fraga, 2024). A DEA permite comparar o desempenho de múltiplas unidades tomadoras de decisão que utilizam múltiplos insumos para gerar múltiplos produtos (Afonso et al., 2005). No contexto desta pesquisa, as unidades são os estados brasileiros, os insumos são os gastos públicos e os produtos são os indicadores de resultado.

A metodologia identifica uma fronteira de eficiência composta pelos estados com melhor desempenho na conversão de recursos em resultados (Afonso et al., 2010). Estados que operam sobre a fronteira recebem escore de eficiência igual a 1 (100%), enquanto estados menos eficientes apresentam escores inferiores. A escolha da DEA justifica-se por sua capacidade de lidar com múltiplos insumos e produtos simultaneamente, sem necessidade de especificar uma forma funcional prévia (Afonso & Fraga, 2024).

Os indicadores de resultado são divididos em duas categorias, com base na metodologia de Afonso et al. (2005, 2022), indicadores de oportunidade, que medem a provisão de serviços públicos básicos nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e administração; e indicadores musgravianos, que capturam os resultados macroeconômicos e sociais. A mensuração da eficiência no setor público enfrenta limitações, como a dificuldade de capturar a qualidade dos serviços (Geys et al., 2010). No entanto, a escolha dos indicadores baseia-se na disponibilidade, comparabilidade e relevância dos dados para os estados brasileiros.

2.2.2 Indicadores de oportunidade

Os indicadores de oportunidade medem a provisão de serviços públicos básicos e a qualidade da infraestrutura estatal, capturando a dimensão alocativa da ação governamental (Afonso et al., 2005). Esta categoria engloba quatro áreas fundamentais: administração pública, saúde, educação e infraestrutura. Esses indicadores refletem a capacidade do Estado de prover serviços essenciais à população (Afonso et al., 2010).

No campo da administração pública, a eficiência pode ser medida pela otimização de recursos humanos ou pela agilidade do sistema judiciário (Afonso et al., 2010). Os indicadores incluem a proporção de servidores públicos estaduais em relação à população e a taxa de congestionamento do sistema judiciário (Afonso et al., 2024; Marques Filho & Cabral, 2022). A literatura sugere que diferentes concepções sobre o papel do Estado estão associadas à eficiência administrativa, com governos de direita priorizando eficiência de custos e governos de esquerda valorizando o serviço público como instrumento de ação governamental (Breton & Wintrobe, 1975).

Na área de saúde, a eficiência é avaliada por indicadores como cobertura da atenção básica, leitos hospitalares e mortalidade infantil (Afonso & Kazemi, 2017). Os indicadores incluem equipes de saúde da família por 10.000 habitantes, leitos SUS sob gestão estadual por 1.000 habitantes, procedimentos de média e alta complexidade realizados e taxa de mortalidade infantil. O debate ideológico contrapõe a preferência da esquerda por sistemas universais e públicos à inclinação da direita por modelos que envolvem o setor privado (Armenteros-Ruiz et al., 2024).

Em educação, a eficiência se reflete em taxas de aprovação, evasão e desempenho em avaliações padronizadas (Agasisti et al., 2022). Os indicadores contemplam percentual de alunos reprovados no ensino médio (invertido), percentual de evasão (invertido), relação docente-aluno e desempenho médio no ENEM. Governos de esquerda costumam focar na universalização do acesso e valorização do corpo docente público, enquanto a direita pode incentivar a competição entre escolas. Evidências dos EUA mostram que governadores de partidos mais à esquerda redistribuem mais recursos para distritos escolares com maior concentração de minorias (Hill & Jones, 2017).

A eficiência em infraestrutura abrange desde o saneamento básico até a qualidade dos transportes (Afonso & Kazemi, 2017). Os indicadores incluem percentual de população com água tratada, percentual com esgoto tratado e taxa de mortalidade no trânsito (invertida). A ideologia dita as prioridades de investimento, com a direita focando na infraestrutura produtiva (estradas, portos), frequentemente via concessões, e a esquerda na infraestrutura social e urbana (saneamento, moradia). A literatura confirma a associação entre ideologia e composição dos gastos (Cusack, 1997; Potrafke, 2010).

2.2.3 Indicadores musgravianos

Os indicadores musgravianos capturam os resultados macroeconômicos e sociais da ação governamental, referindo-se às funções distributiva e estabilizadora do Estado (Afonso et al., 2005; Musgrave, 1959). Esta categoria engloba três dimensões fundamentais: distribuição de renda, estabilização econômica e desempenho econômico.

A função distributiva é mensurada pela capacidade do governo de reduzir a desigualdade de renda, medida pela variação do índice de Gini (Herwartz & Theilen, 2017). Governos de esquerda possuem preferência pela redistribuição de renda e utilizam a política fiscal para reduzir a desigualdade. Evidências para países desenvolvidos corroboram essa expectativa (Hibbs, 1977). Para o Brasil, o estudo de (Alves, 2024a) sobre o programa Bolsa Família ilustra a complexa interação entre ideologia e governabilidade na implementação de políticas redistributivas.

A função estabilizadora é avaliada por indicadores de emprego e renda do trabalho, refletindo o clássico *trade-off* entre emprego e inflação (Cusack, 1999). Os indicadores incluem taxa de desemprego (invertida) e remuneração média real dos trabalhadores. A teoria partidária prevê que governos de esquerda tendem a priorizar a redução do desemprego, mesmo ao custo de inflação ligeiramente maior, enquanto a direita prioriza a estabilidade de preços (Cusack, 1999; Potrafke, 2017).

O desempenho econômico captura a dimensão de crescimento e desenvolvimento, medido pelo PIB per capita e pela participação do estado no valor adicionado bruto nacional (Potrafke, 2015). O debate sobre a relação entre ideologia e crescimento econômico é inconclusivo. Alguns estudos não encontram efeito causal significativo (Potrafke, 2015). Outros, como Boix (1998), sugerem caminhos distintos: a esquerda promoveria o crescimento via capital humano e infraestrutura social, enquanto a direita por meio de desregulamentação e incentivos fiscais.

Em conjunto, os indicadores de oportunidade e musgravianos oferecem uma avaliação abrangente da eficiência dos gastos públicos estaduais (Afonso et al., 2005, 2022). Essa estrutura, combinada com a metodologia DEA, permite identificar quais estados convertem recursos orçamentários em resultados de forma mais eficiente. A

próxima seção sintetiza as evidências empíricas sobre como a ideologia político-partidária pode estar associada a essa eficiência nas diferentes funções de governo.

2.3 IDEOLOGIA E EFICIÊNCIA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A literatura identifica três mecanismos pelos quais ideologia político-partidária pode estar associada à eficiência dos gastos públicos (Persson & Tabellini, 2000). Primeiro, ideologias distintas geram prioridades alocativas diferentes, com governos de esquerda enfatizando políticas sociais e governos de direita priorizando estabilidade e crescimento (Hibbs, 1977). Segundo, concepções divergentes sobre o papel do Estado levam a desenhos institucionais e incentivos distintos (Buchanan & Tullock, 1962). Terceiro, preferências ideológicas interagem com restrições do processo político, gerando resultados diferenciados (Persson & Tabellini, 2000).

Esta seção apresenta os mecanismos teóricos que conectam as quatro dimensões de ideologia analisadas na seção 2.1 com os indicadores de eficiência apresentados na seção 2.2. Com base nas evidências empíricas da literatura internacional e brasileira, são formuladas as hipóteses que orientam a investigação empírica desta pesquisa. A análise foca em como cada dimensão ideológica (partido, eleitorado, coligação e programa) pode estar associada à eficiência governamental.

2.3.1 Mecanismos de influência da ideologia sobre a eficiência

A ideologia do partido do governador define as prioridades alocativas do governo. Governos de direita tendem a buscar eficiência por meio de racionalização administrativa, desregulamentação e parcerias com o setor privado, enquanto governos de esquerda priorizam universalização do acesso a serviços públicos,

valorização do funcionalismo e políticas redistributivas (Cusack, 1997; Potrafke, 2010, 2017). Evidências internacionais demonstram padrões distintos de gasto por função conforme a orientação ideológica, com associações heterogêneas em saúde, educação e infraestrutura.

A congruência ideológica entre governo e eleitorado fortalece mecanismos de *accountability* e confere maior capital político ao governante (Berry et al., 2010). Quando há alinhamento entre as preferências do eleitorado mediano e a orientação do governo, reduzem-se assimetrias de informação e aumentam-se os custos políticos de desvios programáticos (Stimson et al., 1995). Evidências empíricas associam maior participação cívica e alinhamento político à eficiência governamental (Geys et al., 2010).

A heterogeneidade ideológica da coligação governista eleva custos de coordenação e pode estar relacionada à menor eficiência (Perotti & Kontopoulos, 2002). Coligações ideologicamente dispersas tendem a priorizar a distribuição de cargos e recursos particularistas em detrimento de políticas universais (Bertholini & Pereira, 2017). No Brasil, a necessidade de acomodar múltiplos interesses partidários podem diluir preferências programáticas e gerar discontinuidades nas políticas públicas (Alves, 2024a; Raile et al., 2011).

A coerência entre o programa de governo e a ideologia do partido sinaliza compromisso programático e reduz custos de barganha (Keefer, 2007). Governos com maior alinhamento entre discurso programático e identidade partidária tendem a implementar políticas mais consistentes (Tarouco & Madeira, 2013). Evidências recentes mostram que o cumprimento de promessas de campanha está relacionado

à reeleição, sugerindo que programas funcionam como contrato informal com o eleitorado (Belchior et al., 2024).

2.3.2 Evidências empíricas e contexto brasileiro

A relação entre ideologia partidária e eficiência dos gastos públicos no Brasil apresenta particularidades que refletem as características institucionais do federalismo brasileiro e do sistema político multipartidário (Arretche, 2012). Arvate et al. (2008) demonstram que a ideologia partidária está significativamente associada ao desempenho fiscal dos estados brasileiros, sendo que governos de direita historicamente alcançaram superávits maiores por meio de aumento de receita, enquanto governos de esquerda apresentaram melhora fiscal substancial após a implementação de reformas.

Esses resultados sugerem que restrições institucionais podem moderar diferenças ideológicas no comportamento fiscal (Arvate et al., 2008). O federalismo fiscal brasileiro impõe condicionantes específicos que podem atenuar ou intensificar diferenças programáticas, incluindo repartição de competências e receitas, transferências intergovernamentais e disciplina fiscal (Arretche, 2012; Oates, 1999; Rodden, 2006). A centralização de recursos na União e as assimetrias regionais condicionam a autonomia estatal, estando associadas à capacidade dos governos estaduais de implementar agendas ideológicas distintas (Arretche, 2012).

No que se refere à composição dos gastos por função, Santos et al. (2015) demonstram que, nos estados brasileiros, partidos de esquerda e centro alocam mais recursos para segurança pública que partidos de direita, padrão que contraria expectativas baseadas na literatura internacional. Essa aparente contradição pode

refletir a complexidade do sistema político brasileiro, onde alianças pragmáticas e contextos locais específicos estão associados às decisões de gasto (Braga & Pimentel, 2011). A alta fragmentação partidária e a necessidade de construir coalizões amplas podem diluir diferenças programáticas entre governos de distintas orientações ideológicas.

Gonçalves et al. (2017) encontram evidências de ciclos político-orçamentários ideológicos na infraestrutura estadual, demonstrando que governos de esquerda e centro ampliam significativamente os investimentos em infraestrutura especialmente em anos pré-eleitorais. Crucialmente, os autores mostram que a orientação ideológica, isoladamente, tende a não estar significativamente associada, mas a associação emerge na interação com o calendário eleitoral. Esses achados sugerem que incentivos eleitorais de curto prazo podem moderar diferenças ideológicas de longo prazo.

Dias et al. (2018) corroboram essa interpretação ao demonstrar que investimentos públicos visíveis estão associados a retornos eleitorais significativos, conectando escolhas ideológicas a resultados percebidos pela população. A literatura sugere que gastos em infraestrutura, por sua alta visibilidade, são particularmente suscetíveis a manipulação eleitoral independentemente da orientação ideológica do governo (Gonçalves et al., 2017). Esse padrão indica que a relação entre ideologia e eficiência no Brasil pode ser mediada por incentivos eleitorais e pela visibilidade das políticas públicas.

2.3.3 Evidências sobre coalizões e compromissos programáticos

A literatura sobre presidencialismo de coalizão no Brasil oferece *insights* importantes para compreender como a heterogeneidade ideológica das coligações se relaciona com a eficiência governamental (Bertholini & Pereira, 2017). Raile et al. (2011) demonstram que governadores brasileiros utilizam a distribuição de secretarias estaduais como mecanismo de construção de apoio legislativo, com a proporcionalidade partidária na alocação de pastas sendo uma estratégia central de governabilidade. No entanto, essa estratégia pode gerar custos de coordenação quando os parceiros da coligação possuem preferências programáticas divergentes.

Araújo (2017) argumenta que a distribuição de poder entre múltiplos partidos pode estar associada à coerência das políticas públicas quando a coligação é ideologicamente heterogênea, gerando descontinuidades programáticas e reduzindo a capacidade de implementação de reformas estruturais. Vasquez et al. (2021) estendem essa análise ao nível municipal, demonstrando que prefeitos com bases de apoio mais coesas conseguem implementar suas agendas com maior efetividade. Embora o estudo foque em municípios, os mecanismos identificados são aplicáveis ao contexto estadual, onde a fragmentação partidária também é elevada.

(Alves, 2024a) fornece evidência adicional sobre como a ideologia interage com a formação de coalizões na implementação de políticas redistributivas no Brasil. O autor demonstra que o programa Bolsa Família, política redistributiva emblemática de um governo de esquerda, só foi implementado e expandido mediante a construção de uma coalizão que incluía partidos de centro-direita. Esse caso ilustra como, no contexto brasileiro, governos precisam moderar suas preferências ideológicas para garantir governabilidade, mas também sugere que coalizões ideologicamente

heterogêneas podem implementar políticas efetivas quando há convergência de interesses.

2.3.4 Síntese das evidências empíricas brasileiras

Em síntese, as evidências empíricas brasileiras indicam que a relação entre ideologia e eficiência é complexa e mediada por múltiplos fatores institucionais, eleitorais e coalizacionais. A ideologia partidária está associada ao comportamento fiscal e as prioridades alocativas dos estados, mas essas associações são condicionados por restrições institucionais, incentivos eleitorais e pela necessidade de construir e gerenciar coalizões heterogêneas (Arvate et al., 2008; Bertholini & Pereira, 2017).

Essas particularidades do contexto brasileiro justificam a abordagem multidimensional da ideologia adotada nesta pesquisa, capturando não apenas a ideologia do partido do governador, mas também as preferências do eleitorado, a composição da coligação e os compromissos programáticos expressos nos planos de governo. O conjunto dessas dimensões permite uma análise mais refinada de como distintas facetas da orientação político-partidária se relacionam com a eficiência dos gastos públicos estaduais.

2.4 HIPÓTESES DE PESQUISA

Com base no referencial teórico e nas evidências empíricas apresentadas, esta pesquisa formula hipóteses sobre a relação entre as quatro dimensões da ideologia político-partidária e a eficiência dos gastos públicos estaduais no Brasil. A eficiência é mensurada em dois níveis agregados: eficiência geral de oportunidade, calculada

como a média dos escores nas funções de administração, saúde, educação e infraestrutura; e eficiência geral musgraviana, calculada como a média dos escores nas funções de distribuição, estabilização e desempenho econômico (Afonso et al., 2005; Musgrave, 1959).

As quatro dimensões da ideologia político-partidária são mensuradas em escala contínua de 0 a 10, onde valores próximos a 0 representam posições de extrema esquerda e valores próximos a 10 representam posições de extrema direita, conforme classificação de (Bolognesi et al., 2023). A ideologia do partido do governador define prioridades alocativas (Potrafke, 2017). A congruência ideológica governo-eleitorado fortalece *accountability* (Berry et al., 2010). A homogeneidade ideológica da coligação reduz custos de coordenação (Perotti & Kontopoulos, 2002). A coerência programa-partido sinaliza compromisso programático (Keefer, 2007). A seguir, apresentam-se as hipóteses organizadas por dimensão ideológica, considerando as relações esperadas com as duas medidas gerais de eficiência.

A primeira dimensão analisada refere-se à relação da ideologia político-partidária, em suas múltiplas dimensões, com a eficiência dos gastos públicos. A literatura demonstra que governos de esquerda e direita possuem prioridades alocativas distintas, com padrões diferenciados de eficiência conforme a natureza da política pública (Cusack, 1997; Potrafke, 2017). Governos de direita priorizam racionalização administrativa e infraestrutura econômica, enquanto governos de esquerda enfatizam universalização de serviços sociais e redistribuição (Potrafke, 2010).

Para testar essas relações, a hipótese H1 considera a ideologia político-partidária em suas quatro perspectivas complementares: ideologia do partido do

governador, ideologia do eleitorado, ideologia da coligação vencedora e ideologia expressa nos planos de governo. Essa abordagem multidimensional permite capturar a complexidade das orientações ideológicas no contexto brasileiro de presidencialismo de coalizão.

Para os indicadores de oportunidade, espera-se que maior posicionamento à direita na escala ideológica esteja associado a maior eficiência média, devido à ênfase em racionalização e parcerias com o setor privado (Arvate et al., 2008). Para os indicadores musgravianos, espera-se que maior posicionamento à esquerda esteja associado a maior eficiência, devido à priorização de redistribuição e estabilização do emprego (Herwartz & Theilen, 2017; Hibbs, 1977). Dessa forma, formula-se:

H1a: Quanto maior posicionamento à direita nas escalas de ideologia político-partidária (partido do governador, eleitorado, coligação vencedora e planos de governo) está associado a maior eficiência geral de oportunidade.

H1b: Quanto maior posicionamento à esquerda nas escalas de ideologia político-partidária (partido do governador, eleitorado, coligação vencedora e planos de governo) está associado a maior eficiência geral musgraviana.

Além das relações diretas entre as posições ideológicas e a eficiência dos gastos públicos, a literatura aponta que o alinhamento entre diferentes dimensões ideológicas pode ser igualmente relevante para o desempenho governamental (Araújo, 2017; Berry et al., 2010; Perotti & Kontopoulos, 2002). O alinhamento ideológico deriva das múltiplas dimensões ideológicas analisadas e refere-se à convergência ou proximidade entre: (i) as preferências do governo e do eleitorado (congruência); (ii) as posições dos partidos que compõem a coligação governista (homogeneidade); e (iii) os compromissos programáticos e a identidade partidária

(coerência). Essas três formas de alinhamento capturam mecanismos distintos pelos quais a coordenação ideológica pode estar associada à eficiência: *accountability* democrática no caso da congruência, custos de coordenação no caso da homogeneidade, e credibilidade programática no caso da coerência. As hipóteses H2, H3 e H4 testam essas relações de alinhamento.

A segunda dimensão refere-se à congruência ideológica entre governo e eleitorado mediano, que fortalece mecanismos de *accountability* democrática e confere maior capital político ao governante (Berry et al., 2010; Stimson et al., 1995). Maior congruência reduz assimetrias de informação, aumenta custos políticos de desvios programáticos e facilita a coordenação entre governo, burocracia e sociedade (Geys et al., 2010). A congruência é operacionalizada pela distância absoluta entre a ideologia do partido do governador e a ideologia média do eleitorado estadual, normalizada na escala de 0 a 1, onde valores próximos a 1 indicam maior congruência (menor distância) e valores próximos a 0 indicam maior distância ideológica. Espera-se que maior congruência esteja associada a maior eficiência em ambas as dimensões, uma vez que o alinhamento ideológico permite ao governo implementar sua agenda com maior legitimidade e menor resistência política. Assim, propõe-se:

H2a: Quanto maior a congruência ideológica entre governo e eleitorado (menor distância na escala), maior será a eficiência geral de oportunidade.

H2b: Quanto maior a congruência ideológica entre governo e eleitorado (menor distância na escala), maior será a eficiência geral musgraviana.

A terceira dimensão analisa a relação da homogeneidade ideológica da coligação governista com a eficiência dos gastos públicos. Coligações ideologicamente dispersas enfrentam maiores dificuldades para formar consensos e

implementar políticas coerentes, podendo levar à fragmentação de recursos entre objetivos particularistas e descontinuidades nas políticas públicas (Bertholini & Pereira, 2017; Perotti & Kontopoulos, 2002; Roubini & Sachs, 1989). A homogeneidade ideológica é mensurada pela distância média entre as posições ideológicas dos partidos que compõem a coligação vencedora, ponderada pela proporção de votos válidos de cada partido, e normalizada na escala de 0 a 1, onde valores próximos a 1 indicam maior homogeneidade (menor dispersão) e valores próximos a 0 indicam maior dispersão ideológica. Espera-se que maior homogeneidade esteja associada a maior eficiência em ambas as dimensões, uma vez que coligações coesas reduzem custos de coordenação e preservam a direção estratégica das políticas. Dessa forma, formula-se:

H3a: Quanto maior a homogeneidade ideológica da coligação (menor dispersão na escala), maior será a eficiência geral de oportunidade.

H3b: Quanto maior a homogeneidade ideológica da coligação (menor dispersão na escala), maior será a eficiência geral musgraviana.

A quarta dimensão refere-se à coerência entre a ideologia expressa no plano de governo e a ideologia do partido do governador, que sinaliza compromisso programático e credibilidade das promessas de campanha (Keefer, 2007; Tarouco & Madeira, 2013). Maior coerência reduz custos de barganha com a burocracia e a sociedade, clarifica métricas de *accountability* e facilita a coordenação entre diferentes órgãos da administração pública (Belchior et al., 2024). A coerência é operacionalizada pela distância absoluta entre a ideologia do plano de governo (método bayesiano) e a ideologia do partido do governador, normalizada na escala de 0 a 1, onde valores próximos a 1 indicam maior coerência (menor distância) e valores

próximos a 0 indicam maior distância ideológica. Espera-se que maior coerência esteja associada a maior eficiência em ambas as dimensões, uma vez que o alinhamento entre discurso e identidade partidária permite maior previsibilidade e consistência na implementação de políticas. Assim, propõe-se:

H4a: Quanto maior a coerência entre ideologia do plano de governo e do partido (menor distância na escala), maior será a eficiência geral de oportunidade.

H4b: Quanto maior a coerência entre ideologia do plano de governo e do partido (menor distância na escala), maior será a eficiência geral musgraviana.

O quadro sintetiza as oito hipóteses principais formuladas nesta seção, que testam as associações das quatro dimensões ideológicas com as duas medidas gerais de eficiência dos gastos públicos estaduais. Todas as dimensões são mensuradas na escala contínua de 0 a 10, conforme classificação de (Bolognesi et al., 2023), permitindo análise sistemática da relação entre orientações político-partidárias e desempenho na gestão dos recursos públicos.

Quadro 1 - Síntese das hipóteses de pesquisa

Hipótese	Dimensão Ideológica	Eficiência	Associação Esperada	Referências Principais
H1a	Escala partido (0-10)	Oportunidade	Positiva (+)	Potrafke (2010); Arvate et al. (2008)
H1b	Escala partido (0-10)	Musgraviana	Negativa (-)	Hibbs (1977); Herwartz e Theilen (2017)
H2a	Congruência gov-eleitor	Oportunidade	Positiva (+)	Berry et al. (2010); Geys et al. (2010)
H2b	Congruência gov-eleitor	Musgraviana	Positiva (+)	Stimson et al. (1995); Geys et al. (2010)
H3a	Homogeneidade coligação	Oportunidade	Positiva (+)	Perotti e Kontopoulos (2002); Apeti et al. (2024)
H3b	Homogeneidade coligação	Musgraviana	Positiva (+)	Perotti e Kontopoulos (2002); Vasquez et al. (2021)
H4a	Coerência programática	Oportunidade	Positiva (+)	Keefer (2007); Tarouco e Madeira (2013)
H4b	Coerência programática	Musgraviana	Positiva (+)	Keefer (2007); Tarouco e Madeira (2013)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Além das hipóteses principais sobre as eficiências gerais, as análises complementares investigarão as associações das dimensões ideológicas com cada subdimensão de eficiência. Para os indicadores de oportunidade, serão analisadas associações específicas sobre administração, saúde, educação e infraestrutura. Para os indicadores musgravianos, serão analisadas associações específicas sobre distribuição, estabilização e desempenho econômico.

Essas análises permitirão identificar padrões diferenciados por função governamental, reconhecendo que distintas orientações ideológicas podem estar associadas a vantagens comparativas em áreas específicas (Potrafke, 2017). O conjunto de hipóteses formuladas estabelece as expectativas teóricas que orientam a investigação empírica desta pesquisa.

A abordagem multidimensional da ideologia e a distinção entre eficiência de oportunidade e eficiência musgraviana permitem uma análise refinada da relação entre orientações político-partidárias e desempenho na gestão dos recursos públicos no contexto brasileiro. O próximo capítulo apresenta a metodologia utilizada para testar essas hipóteses, detalhando a construção das variáveis, os modelos de Análise Envoltória de Dados (DEA) para mensuração da eficiência e os modelos econométricos de regressão com dados em painel.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 DESENHO DA PESQUISA

Este estudo adota uma abordagem quantitativa com estrutura de dados em painel balanceado, combinando características de séries temporais e cortes transversais (Baltagi et al., 2014; Beck & Katz, 1995), permitindo controlar características não observáveis constantes no tempo e aumentar o poder estatístico das análises. Esta estrutura é particularmente adequada para investigar relações entre variáveis políticas e resultados de políticas públicas (Afonso et al., 2005; Potrafke, 2017).

A investigação abrange o período de 2010 a 2022, contemplando quatro processos eleitorais, com análise de 27 unidades federativas (26 estados e o Distrito Federal), totalizando 351 observações. Este intervalo temporal foi determinado pela disponibilidade de planos de governo, obrigatórios nos registros de candidaturas majoritárias junto ao Tribunal Superior Eleitoral a partir de 2009 (Jorge et al., 2020).

A base de dados integrou informações de múltiplas fontes: (i) dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral; (ii) planos de governo dos candidatos eleitos; (iii) dados orçamentários do SICONFI/Finbra (Arvate et al., 2008); (iv) indicadores sociais e econômicos de DATASUS, INEP, IBGE, IPEA e CNJ. A estratégia metodológica combina Análise Envoltória de Dados (DEA) para mensuração da eficiência dos gastos públicos, seguida de modelos de regressão OLS com efeitos fixos para estimar a associação entre ideologia político-partidária e eficiência governamental.

3.2 VARIÁVEIS DEPENDENTES: EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS

3.2.1 Mensuração via análise envoltória de dados (DEA)

A eficiência dos gastos públicos foi mensurada através da Análise Envoltória de Dados (DEA), modelo não paramétrico desenvolvido por Charnes et al. (1978), com base na proposta de Farrell (1957). A modelagem DEA adotada é orientada à minimização de insumos (*input-oriented*), sob retornos constantes e variáveis de escala (*constant returns to scale* — CRS; *variable returns to scale* — VRS) (Afonso & Aubyn, 2005), estimando a eficiência relativa das unidades decisórias a partir da relação entre recursos públicos alocados (*inputs*) e resultados obtidos (*outputs*). Essa abordagem é adequada para contextos em que os gestores públicos têm maior controle sobre os insumos do que sobre os resultados (Afonso et al., 2010; Farrell, 1957).

Os *inputs* foram representados pelas despesas empenhadas por função orçamentária, extraídas do SICONFI/Finbra (Afonso & Kazemi, 2017), refletindo a fase do ciclo orçamentário mais próxima da decisão política e alocativa. Os *outputs* foram selecionados com base na literatura especializada (Afonso et al., 2010; Afonso & Aubyn, 2005; Apeti et al., 2024), organizados em dois blocos: indicadores de Oportunidade (entrega direta de serviços públicos) e indicadores musgravianos.

3.2.2 Indicadores de eficiência

As Tabelas 1 e 2 apresentam a descrição completa dos indicadores utilizados no modelo DEA (Afonso et al., 2025), incluindo os respectivos *inputs*, variáveis de *output*, fontes, sinal esperado e base referencial. A Tabela 1 refere-se aos indicadores

de oportunidade, os quais representam áreas de entrega direta de serviços públicos essenciais como saúde, educação, administração e infraestrutura (Afonso & Aubyn, 2005).

Tabela 1 - Indicadores de oportunidade

Indicador	Inputs	Subindicador	Outputs	Fonte	Referência	Tipo
Administração	Gastos com função orçamentária: 02 – Judiciária 04 – Administrativa	Burocracia	1 / Proporção de servidores públicos estaduais/população	IBGE	Afonso, Alves, et al. (2024);	Adaptada
		Qualidade do Judiciário	1 / Taxa de Congestionamento	CNJ	Marques Filho e Cabral (2022);	Adaptada
Saúde	Gastos com função orçamentária: 10 - Saúde	Produção hospitalar	Procedimentos de Média e Alta Complexidade por 1.000 hab.	DATA SUS/IBGE	Barra et al. (2022); Costa e Figueiredo (2021)	Adaptada
		Infraestrutura hospitalar	Leitos SUS sob gestão estadual por 1.000 hab.	DATA SUS/IBGE	Barra et al. (2022)	Adaptada
		Saúde preventiva	1 / Óbitos por 1.000 nascidos vivos	DATA SUS/IBGE	Afonso et al. (2024); Antonelli e Marini (2025)	Original
		Atenção básica	Nº de equipes por 10.000 hab.	DATA SUS/IBGE	Antonelli e Marini (2025); Afonso et al. (2025)	Adaptada
Educação	Gastos com função orçamentária: 12 - Educação	Rendimento escolar	1 / Percentual de alunos reprovados Ensino Médio	INEP/Censo escolar	Afonso e Aubyn (2005); Yadava e Neog (2022); Lacruz et al. (2019)	Adaptada
		Desistência escolar	1 / Percentual de evasão no Ensino Médio	INEP/Censo escolar	Afonso e Aubyn (2005); Lacruz et al. (2019)	Original
		Recursos escolares	Relação docente/aluno (Ensino Médio)	INEP	Afonso et al. (2024); Lacruz et al. (2019)	Adaptada
		Qualidade do ensino	Desempenho avaliação ENEM	INEP	Afonso e Aubyn (2005)	Adaptada

			(média padronizada)			
Infraestrutura	Gastos com função orçamentária: 17 – Saneamento 26 – Transporte	Abastecimento de água	% População com água tratada	SNIS/IBGE	Apeti et al. (2024); Yadava e Neog (2022); Kanyagui e Viswanathan (2022)	Original
		Saneamento básico	% População com esgoto tratado	SNIS/IBGE	Apeti et al. (2024); Yadava e Neog (2022); Kanyagui e Viswanathan (2022)	Original
		Segurança viária	1 / Óbitos no trânsito por 100 mil hab.	DATA SUS/IBGE	Barroso Junior et al. (2019); Mello Jorge e Latorre (1994); Mazzei et al. (2021)	Adaptada

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

A seguir, a Tabela 2 apresenta os indicadores musgravianos, que têm como base as funções clássicas do Estado propostas por redistribuição, estabilização econômica e promoção do crescimento (Afonso & Aubyn, 2005):.

Tabela 2 - Indicadores musgravianos

Indicador	Inputs	Subindicador	Variável de Output	Fonte	Referência	Tipo
Distribuição	Gastos com função orçamentária: 08 – Assistência Social	Desigualdade de Renda	1 / Índice de Gini	IPEA/IBGE/PNAD contínua	Afonso et al. (2024)	Original
Estabilização	Gastos com função orçamentária:	Remuneração média real	Média salarial real (deflacionada)	RAIS/IBGE	Afonso et al. (2024); Salvato et al. (2010);	Adaptada
	11 – Trabalho	Desemprego	1 / Taxa de desemprego	PNAD Contínua / IBGE	Apeti et al. (2024); Yadava e	Original

					Neog (2022); Trabelsi e Boujelben e (2024)	
Desempenho Econômico	Gastos com função orçamentária: 15 – Urbanização 16 – Habitação 19 – Ciência e Tecnologia 20 – Agricultura 22 – Indústria 23 – Comércio e Serviço	Riqueza média regional	PIB per capita (normalizada)	IBGE	Afonso et al. (2024); Apeti et al. (2024); Trabelsi e Boujelben e (2024)	Original
		Participação na economia nacional	Participação no VAB nacional	IBGE	Afonso et al. (2010); Ribeiro (2024)	Adaptada

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Os *scores* de eficiência foram calculados individualmente para cada subindicador através da DEA. Posteriormente, os *scores* foram agregados em dois índices finais pela média aritmética simples: (i) Índice de Eficiência de Oportunidade (EFICPROD), calculado pela média dos *scores* de Administração, Saúde, Educação e Infraestrutura; e (ii) Índice de Eficiência Musgraviano (EFICDIST), calculado pela média dos *scores* de Distribuição, Estabilização e Desempenho Econômico. Esta agregação seguiu a proposta de (Afonso & Aubyn, 2005), permitindo o uso desses índices como variáveis dependentes nos modelos econométricos subsequentes.

3.3 VARIÁVEIS INDEPENDENTES: IDEOLOGIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA

A mensuração da ideologia político-partidária adota uma abordagem multidimensional, considerando quatro perspectivas complementares (Berry et al., 1998; Bolognesi et al., 2023; Kim & Fording, 1998). Esta estratégia permite capturar a

complexidade do sistema multipartidário brasileiro e as múltiplas dimensões em que as preferências ideológicas se manifestam (Carreirão, 2014; Samuels & Zucco, 2014).

3.3.1 Ideologia do partido do governador

Para operacionalizar esta variável, adotou-se a classificação apresentada por (Bolognesi et al., 2023), baseada em *survey* aplicado aos associados da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em julho de 2018, que classificaram 35 partidos políticos brasileiros em uma escala espacial de 0 (extrema esquerda) a 10 (extrema direita). Os partidos foram categorizados em sete grupos ideológicos: Extrema Esquerda (0-1,5), Esquerda (1,51-3), Centro-Esquerda (3,01-4,49), Centro (4,5-5,5), Centro-Direita (5,51-7), Direita (7,01-8,5) e Extrema Direita (8,51-10) .

Para partidos que passaram por processos de fusão, incorporação ou mudança de nomenclatura, aplicou-se tratamento específico: antes do evento, manteve-se o *score* original; após o evento, utilizou-se o *score* do partido incorporador ou resultante da fusão (Barreto, 2018; Ferreira et al., 2008). A classificação completa dos 35 partidos e os tratamentos aplicados encontram-se no Apêndice A.

3.3.2 Ideologia do eleitor

A variável ideologia do eleitor foi construída seguindo o fundamento teórico de Berry et al. (1998, 2010) de que resultados eleitorais permitem inferir preferências ideológicas do eleitorado, com a operacionalização metodológica de Kim e Fording (1998) desenvolvida para sistemas multipartidários. A medida pondera os votos válidos recebidos por cada partido político, por unidade federativa e por eleição, utilizando os respectivos *scores* ideológicos atribuídos por Bolognesi et al. (2023).

Esta abordagem é particularmente adequada ao contexto multipartidário brasileiro, onde os votos partidários refletem as preferências ideológicas do eleitorado (Baker & Greene, 2011; Carreirão, 2014; Dalton, 2008).

O Índice de Ideologia do Eleitor (IIE) foi calculado através da equação:

$$IIE_j = \sum_{i=1}^n (SI_i \times \frac{V_{ij}}{TV_j})$$

Onde: IIE_j = Índice de ideologia do eleitor na UF j ; SI_i = Score ideológico do partido i (Bolognesi et al., 2023); V_{ij} = Total de votos do partido i na UF j ; TV_j = Total de votos válidos na UF j ; n = Número de partidos.

O cálculo foi realizado com base nos resultados das eleições gerais entre 2010 e 2022 disponibilizados pelo TSE, excluindo-se votos em trânsito e no exterior para prevenir viés de observação (Honaker & King, 2010). A implementação computacional foi executada via Stata/SE 18, verificando-se a consistência dos pesos (soma = 1) conforme (Lumley, 2004).

3.3.3 Ideologia da coligação vencedora

A mensuração da ideologia da coligação vencedora constitui uma adaptação da abordagem de Berry et al. (1998, 2010) e Kim e Fording (1998) ao contexto brasileiro (Carreirão & Kinzo, 2004). Esta variável representa a orientação programática das forças políticas que efetivamente assumem o poder estadual (Alves, 2023), distinguindo-se da ideologia do eleitor por restringir a análise apenas aos partidos que compõem a coligação vitoriosa.

A identificação dos partidos integrantes de cada coligação vencedora foi realizada a partir das descrições textuais disponibilizadas pelo TSE (Honaker & King, 2010). A cada partido da coligação vencedora foi associado seu respectivo *score* ideológico conforme (Bolognesi et al., 2023). O Índice de Ideologia da Coligação Vencedora (IICV) foi calculado através da equação:

$$IICV_j = \sum_{i=1}^n (SI_i \times \frac{V_{ij}}{TV_j})$$

Onde: $IICV_j$ = Índice de ideologia da coligação vencedora na UF j ; SI_i = *Score* ideológico do partido i (Bolognesi et al., 2023); V_{ij} = Total de votos válidos do partido i na UF j ; TV_j = Total de votos válidos dos partidos da coligação vencedora na UF j ; n = Número de partidos da coligação.

Nos casos em que o governador foi eleito sem coligação, o índice correspondeu diretamente ao *score* ideológico da legenda do partido do governador eleito (Braga & Pimentel, 2011).

3.3.4 Ideologia do plano de governo

A mensuração da ideologia a partir dos planos de governo dos governadores eleitos foi realizada com base em análise automatizada de conteúdo textual (Burst et al., 2024), aplicando modelos de aprendizado de máquina e processamento de linguagem natural (PLN). Foram analisados os planos de governo do período de 2010 a 2022, delimitado pela disponibilização desses arquivos na base pública da Justiça Eleitoral (Venturelli, 2024).

Utilizou-se o modelo ManifestoBERTA (Contexto), baseado na arquitetura XLM-RoBERTa e treinado com dados do CMP (Burst et al., 2024). O modelo classifica sentenças em 56 categorias temáticas, desde questões sociais e econômicas até valores institucionais. A segmentação textual foi feita por janelas de contexto, com uso das bibliotecas *transformers* e *nltk*.

As categorias foram agrupadas em polos de esquerda e direita conforme estabelecido pelo CMP, permitindo o cálculo do índice RILE:

$$RILE = \sum_{i \in \text{Direita}} X_i - \sum_{j \in \text{Esquerda}} X_j$$

Onde X_i representa a proporção de sentenças codificadas como de direita, e X_j as de esquerda. O índice RILE varia de -100 a +100, representando a ênfase relativa dos blocos ideológicos nos documentos analisados (Burst et al., 2024).

As contagens de categorias geradas pelo ManifestoBERTA foram então processadas pelo modelo bayesiano de Däubler e Benoit (2022), que aplica regressão com distribuição binomial negativa para estimar posições ideológicas latentes, controlando verbosidade e discriminação temática. Esta variável RILE DAU foi adotada como medida de ideologia do plano de governo nos modelos econométricos, por oferecer maior robustez estatística e controlar vieses relacionados à extensão dos documentos (Däubler & Benoit, 2022). Ambas as metodologias são validadas na literatura internacional (Laver et al., 2003; Lowe et al., 2011) e demonstraram aplicabilidade no Brasil (Jorge et al., 2020; Silva et al., 2025; Venturelli, 2024).

3.3.5 Variáveis de alinhamento ideológico

Além das quatro dimensões ideológicas individuais, foram construídas variáveis que capturam o alinhamento entre diferentes perspectivas ideológicas, refletindo a coerência e a congruência do sistema político (Berry et al., 1998; Carreirão, 2014). Essas medidas permitem testar hipóteses sobre como a consistência ideológica entre diferentes atores e arenas políticas está associada à eficiência governamental.

Todas as variáveis de alinhamento foram padronizadas em uma escala de 0 a 1, onde valores próximos a 1 indicam maior alinhamento ideológico, e valores próximos a 0 indicam maior distância ideológica. A operacionalização seguiu a lógica de distância normalizada:

$$\text{Alinhamento} = 1 - \frac{| \text{Dimensão}_A - \text{Dimensão}_B |}{10}$$

Onde o denominador 10 corresponde à amplitude máxima da escala ideológica de (Bolognesi et al., 2023).

3.3.5.1 Congruência governo-eleitorado

A congruência mede o alinhamento entre a ideologia do partido do governador e a ideologia do eleitorado mediano do estado (Berry et al., 1998; Kim & Fording, 1998). Esta variável operacionaliza o conceito de responsividade democrática, refletindo o grau em que o governo eleito representa as preferências ideológicas da população (Belchior et al., 2024; Stimson et al., 1995):

$$\text{Congruência}_{jt} = 1 - \frac{| \text{partido_gov}_{jt} - \text{ideologia_eleitor}_{jt} |}{10}$$

Maior congruência indica que o governante está alinhado ao eleitorado mediano, potencialmente fortalecendo mecanismos de *accountability* vertical (Berry et al., 2010).

3.3.5.2 Homogeneidade da coligação

A homogeneidade captura a proximidade ideológica entre o partido do governador e a coligação vencedora (Bertholini & Pereira, 2017; Raile et al., 2011). Coligações mais homogêneas tendem a enfrentar menores custos de coordenação e conflitos programáticos (Perotti & Kontopoulos, 2002):

$$Homogeneidade_{jt} = 1 - \frac{|partido_{gov_{jt}} - ideol_{colig_{venc_{jt}}}|}{10}$$

Esta variável reflete a dispersão ideológica interna da base de apoio governamental, sendo uma *proxy* para custos de governabilidade em sistemas multipartidários (Roubini & Sachs, 1989).

3.3.5.3 Coerência programática

A coerência programática mede o alinhamento entre a ideologia expressa no plano de governo e a ideologia do partido do governador (Jorge et al., 2018; Keefer, 2007). Maior coerência sinaliza credibilidade e compromisso com a agenda programática:

$$Coerência_{jt} = 1 - \frac{|ideol_{rile_{dau_{jt}}} - partido_{gov_{jt}}|}{10}$$

Esta variável permite testar se governos com maior consistência entre discurso (plano) e identidade partidária apresentam associação com melhor desempenho na implementação de políticas públicas (Däubler & Benoit, 2022).

A Quadro 2 apresenta o conjunto completo de variáveis independentes, organizadas em duas categorias: dimensões ideológicas individuais e variáveis de alinhamento ideológico.

Quadro 2 - Síntese completa das variáveis independentes

Variável	Descrição	Escala	Fonte
DIMENSÕES IDEOLÓGICAS			
IDEOPART	Ideologia do partido do governador	0-10	Bolognesi et al. (2023)
IDEOELEIT	Ideologia do eleitorado mediano	0-10	Berry et al. (1998); Kim e Fording (1998)
IDEOCOL	Ideologia da coligação vencedora	0-10	Berry et al. (1998); Kim e Fording (1998)
IDEOPLGOV	Ideologia do plano de governo	0-10	Däubler e Benoit (2022)
ALINHAMENTO IDEOLÓGICO			
CONGGRUE	Congruência governo-eleitorado	0-1	Elaboração própria
HOMOGENE	Homogeneidade da coligação	0-1	Elaboração própria
COERENCIA	Coerência programática	0-1	Elaboração própria

Nota: Nota: As variáveis de alinhamento ideológico foram construídas a partir das dimensões ideológicas individuais, normalizadas em escala 0-1 onde 1 indica alinhamento perfeito e 0 indica máxima divergência. Essas medidas permitem testar hipóteses sobre as associações da consistência ideológica entre diferentes atores e arenas com a eficiência dos gastos públicos (Hipóteses H2, H3 e H4).

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

3.4 VARIÁVEIS DE CONTROLE

A análise incorporou onze variáveis de controle para isolar associações não relacionadas à ideologia político-partidária do governador. A ideologia da Assembleia Legislativa (IDEOASSEM) foi incluída como primeira variável de controle, mensurada pela ponderação dos votos válidos recebidos por cada partido nas eleições legislativas estaduais, seguindo a metodologia de Berry et al. (1998). Esta variável controlam o alinhamento ou oposição ideológica entre os poderes Executivo e Legislativo

estaduais, captando restrições institucionais à implementação da agenda do governador (Raile et al., 2011).

As variáveis estruturais e socioeconômicas incluem o Índice de Vulnerabilidade Social Ajustado (CONTIVS), que mantém apenas vulnerabilidades estruturais não sobrepostas aos *outputs* do DEA (De Loyola Hummell et al., 2016). Os controles de comportamento eleitoral compreendem a proporção de votos nulos (PVNULOS) e a proporção de abstenções (PVABST), indicadores de descontentamento político e engajamento cívico, respectivamente (Alencastro, 2014; Nicolau, 2015; Power & Zucco, 2012).

As características do governador incluem idade (IDADE), em anos completos na posse; sexo (DFEM), variável *dummy* igual a 1 para mulheres; escolaridade (DSUPERIOR), *dummy* igual a 1 para ensino superior completo; e estado civil (DCASADO), *dummy* igual a 1 para casados. Essas variáveis controlam características sociodemográficas que podem estar associadas a prioridades de gestão (Arvate et al., 2008; Besley & Case, 2003).

Por fim, os controles econômicos incluem o PIB per capita (LNPIBPERC) e a receita corrente per capita (LNRECPERC), ambos em logaritmo natural, controlando o nível de desenvolvimento econômico e a disponibilidade orçamentária, respectivamente (Afonso et al., 2010; Hauner & Kyobe, 2010); e a população (LNPOP), em logaritmo natural, controlando economias de escala (Hauner & Kyobe, 2010).

O quadro 3 sintetiza as variáveis de controle utilizadas nos modelos econométricos, na ordem de entrada nos modelos.

Quadro 3 - Síntese completa das variáveis controles

Variável	Descrição	Fonte	Operacionalização	Referência
IDEOASSEM	Ideologia da Assembleia	TSE	Votos ponderados (0-10)	Berry et al. (1998); Raile et al. (2011)
CONTIVS	IVS ajustado	IPEA	Índice (0-1)	De Loyola Hummell et al. (2016)
PVNULOS	Votos nulos	TSE	Proporção (%)	Nicolau (2015)
PVABST	Abstenção	TSE	Proporção (%)	Nicolau (2015); Alencastro (2014)
IDADE	Idade governador	TSE	Anos completos	Arvate et al. (2008)
DFEM	Sexo feminino	TSE	Dummy (1=Sim)	Besley e Case (2003)
DSUPERIOR	Ensino superior	TSE	Dummy (1=Sim)	Besley e Case (2003)
DCASADO	Casado	TSE	Dummy (1=Sim)	Besley e Case (2003)
LNPIBPERC	PIB per capita	IBGE	ln(PIB real per capita)	Hauner e Kyobe (2010)
LNRECPERC	Receita per capita	SICONFI/STN	ln(Receita real per capita)	Afonso et al. (2010)
LNPOP	População	IBGE	ln(População)	Hauner e Kyobe (2010)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

3.5 MODELO ECONOMÉTRICO PROPOSTO

O modelo econométrico foi especificado para estimar a associação entre a ideologia político-partidária e a eficiência dos governos estaduais. A literatura demonstra que relações entre variáveis institucionais e desempenho governamental frequentemente apresentam padrões não lineares, com associações diferenciadas em distintos níveis da variável explicativa (Bjornskov, 2008; Pickering & Rockey, 2011). Especificamente, espera-se que a ideologia possa estar associada a efeitos marginais decrescentes ou apresentar pontos de inflexão, onde a intensidade ideológica extrema está associada a dinâmicas distintas daquelas observadas em posições moderadas. Para capturar essa possível não linearidade, adota-se especificação quadrática seguindo a abordagem metodológica de Costa et al. (2018), que demonstraram a eficácia desse método para identificar relações côncavas ou convexas no contexto brasileiro. A equação pode ser expressa da seguinte forma:

$$Eff_{it} = \alpha + \beta_1 IDEOL_{it} + \beta_2 (IDEOL)_{it}^2 + \beta_3 Alinhamento_{it} + \beta_4 Controles_{it} + \mu_i + \lambda_t + \varepsilon_{it}$$

Onde:

Eff_{it} = escore de eficiência técnica do estado i no ano t (EFICPROD ou EFICDIST);

$Ideologia_{it}$ = ideologia político-partidária do governo estadual do estado i no ano t (IDEOPART, IDEOELEIT, IDEOCOL ou IDEOPLGOV);

$Ideologia_{it}^2$ = termo quadrático da ideologia, para capturar relações não lineares;

$Alinhamento_{it}$ = variáveis de alinhamento ideológico do estado i no ano t (CONGGRUE, HOMOGENE, COERENCIA);

$Controles_{it}$ = variáveis de controle do estado i no ano t ;

μ_r = efeitos fixos de região r ;

λ_t = efeitos fixos de ano t ;

ε_{it} = termo de erro idiossincrático.

O modelo inclui efeitos fixos de região (μ_r) e de ano (λ_t), controlando características não observadas invariantes no tempo que são comuns aos estados de uma mesma região geográfica (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul) e choques temporais que afetam todos os estados simultaneamente. A inclusão explícita do termo $Alinhamento_{it}$ separa as variáveis teóricas de alinhamento ideológico (congruência governo-eleitorado, homogeneidade da coligação e coerência programática) das variáveis de controle socioeconômicas e institucionais, refletindo sua importância teórica nas Hipóteses H2, H3 e H4.

A inclusão do termo quadrático $(IDEOL)_{it}^2$ permite testar se a relação entre ideologia e eficiência é não linear, seguindo a lógica de Costa et al. (2018), que demonstraram como variáveis institucionais podem apresentar associações diferenciadas em distintos níveis. Especificamente, o termo quadrático permite identificar se governos de ideologia moderada apresentam associações com padrões de eficiência distintos de governos ideologicamente extremos, ou se existem pontos de inflexão na relação entre posicionamento ideológico e desempenho governamental.

Os modelos foram estimados com efeitos fixos, controlando características específicas e invariantes dos estados ao longo do tempo (Arellano & Bond, 1991; Drukker, 2003). As regressões foram executadas no Stata/SE 18, utilizando erros-padrão robustos agrupados por estado, garantindo consistência diante de heterogeneidade e dependência serial (Baltagi & Moscone, 2010; Costa et al., 2018). As estimativas atendem aos requisitos econométricos fundamentais, incluindo ausência de multicolinearidade e correções para heterocedasticidade e autocorrelação, assegurando a robustez dos coeficientes reportados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados empíricos obtidos ao longo da pesquisa. Inicialmente, são expostos os índices de eficiência calculados por meio da análise DEA, permitindo avaliar o desempenho dos estados brasileiros nas funções de Administração, Saúde, Educação e Infraestrutura, bem como nas dimensões

musgravianas associadas à Distribuição, Estabilização e Desempenho Econômico. Em seguida, são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis do estudo, com o objetivo de caracterizar o comportamento dos indicadores ideológicos, socioeconômicos, institucionais e demográficos ao longo do período analisado.

Posteriormente, é exibida a matriz de correlação entre as variáveis, de forma a identificar padrões preliminares de associação e verificar potenciais riscos de multicolinearidade. Por fim, são discutidos os resultados dos modelos de regressão com efeitos fixos, estimados no software Stata/SE 18, os quais permitem examinar a relação entre as quatro dimensões da ideologia político-partidária e a eficiência dos gastos públicos estaduais, incluindo o termo quadrático da ideologia e o conjunto de variáveis de controle.

A estrutura adotada possibilita uma análise abrangente e sistemática das associações entre determinantes ideológicos e a eficiência dos gastos públicos, permitindo avaliar empiricamente as hipóteses elencadas no Capítulo 2.

4.1 ESTATÍSTICAS DOS ÍNDICES DEA e MUSGRAVIANA

A Tabela 3 apresenta a média dos escores de eficiência obtidos pelos estados brasileiros nas quatro funções avaliadas pelo modelo DEA: Administração, Saúde, Educação e Infraestrutura, bem como nas três dimensões musgravianas: Distribuição, Estabilização e Desempenho Econômico. Os resultados evidenciam elevada heterogeneidade entre as unidades federativas, tanto na eficiência produtiva quanto na eficiência musgraviana.

Tabela 3 - Média dos índices DEA e MUSGRAVIANO por subsegmentos

UF	EFICIÊNCIA (DEA)					EFICIÊNCIA (MUSGRAVIANA)			
	ADM	SAUDE	EDUC	INFRA	GERAL	DIST	ESTAB	DESECON	GERAL

AC	0,384	0,246	0,156	0,076	0,216	0,117	0,003	0,047	0,056
AL	0,472	0,638	0,476	0,153	0,435	0,378	0,012	0,173	0,188
AM	0,543	0,390	0,385	0,324	0,411	0,196	0,012	0,218	0,142
AP	0,293	0,194	0,152	0,099	0,184	0,036	0,016	0,176	0,076
BA	0,778	0,548	0,545	0,368	0,560	0,247	0,006	0,118	0,123
CE	0,763	0,711	0,597	0,155	0,557	0,139	0,002	0,133	0,091
DF	0,451	0,289	0,173	0,101	0,253	0,040	0,011	0,159	0,070
ES	0,506	0,523	0,730	0,174	0,483	0,161	0,011	0,332	0,168
GO	0,322	0,511	0,370	0,300	0,376	0,168	0,016	0,384	0,189
MA	0,654	0,779	0,444	0,208	0,521	0,118	0,021	0,101	0,080
MG	0,692	0,772	0,731	0,709	0,726	0,582	0,031	0,586	0,400
MS	0,314	0,650	0,438	0,093	0,374	0,089	0,010	0,419	0,172
MT	0,338	0,557	0,312	0,088	0,324	0,468	0,003	0,267	0,246
PA	0,724	0,656	0,368	0,228	0,494	0,045	0,049	0,184	0,093
PB	0,464	0,777	0,466	0,411	0,529	0,083	0,002	0,138	0,074
PE	0,613	0,507	0,727	0,248	0,524	0,452	0,001	0,162	0,205
PI	0,218	0,599	0,607	0,184	0,402	0,320	0,008	0,133	0,154
PR	0,760	0,753	0,477	0,424	0,604	0,242	0,012	0,402	0,218
RJ	0,370	0,776	0,780	0,390	0,579	0,195	0,057	0,557	0,270
RN	0,448	0,680	0,496	0,738	0,590	0,133	0,125	0,202	0,153
RO	0,365	0,495	0,396	0,121	0,344	0,283	0,091	0,180	0,185
RR	0,500	0,251	0,261	0,114	0,281	0,126	0,001	0,138	0,088
RS	0,936	0,852	0,997	0,561	0,836	0,485	0,010	0,754	0,417
SC	0,777	0,758	0,659	0,208	0,600	0,326	0,016	0,429	0,257
SE	0,551	0,400	0,456	0,261	0,417	0,112	0,012	0,116	0,080
SP	1,000	0,967	0,714	0,407	0,772	0,297	0,023	0,965	0,428
TO	0,157	0,266	0,363	0,105	0,223	0,164	0,017	0,153	0,111

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Observa-se que nenhum estado atinge eficiência plena em todas as dimensões, embora São Paulo apresente escore máximo na função Administração, sugerindo desempenho destacado na utilização dos recursos administrativos. Outros estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, Paraná e Bahia apresentam escores elevados em múltiplas funções de oportunidade, indicando capacidade consistente de converter gastos em entregas de serviços públicos nessas áreas. Em contraste, estados da região Norte, especialmente Acre, Amapá, Roraima e Tocantins registram, em média, os menores níveis de eficiência, refletindo limitações estruturais e menor capacidade de provisão de serviços essenciais.

No conjunto das funções de oportunidade, destacam-se desempenhos elevados em Saúde e Educação em estados como Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco, enquanto Infraestrutura apresenta maior variabilidade entre as unidades federativas, com alguns estados atingindo valores próximos à fronteira (como Rio Grande do Norte e São Paulo) e outros permanecendo substancialmente abaixo dela.

Quanto aos indicadores musgravianos, verifica-se um padrão geral de menor eficiência quando comparados às funções produtivas. Mesmo os estados com melhor desempenho, tais como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não alcançam escores elevados de forma consistente em todas as dimensões musgravianas. A dimensão de Estabilização apresenta, para a maioria dos estados, valores extremamente baixos, indicando maior dificuldade governamental em gerar estabilidade econômica e dinamismo regional com os recursos disponíveis. A dimensão de Desempenho Econômico, por sua vez, diferencia estados mais desenvolvidos, como São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, que exibem maior capacidade de traduzir gastos setoriais em crescimento ou participação econômica relativa.

De forma geral, os resultados apontam para maior eficiência nas funções diretamente associadas à prestação de serviços públicos básicos, enquanto a eficiência relacionada às dimensões macroeconômicas e distributivas mostra-se substancialmente mais baixa e desigual entre os estados. Esse padrão reforça a importância de considerar separadamente as diferentes naturezas dos indicadores de eficiência e sugere que mecanismos ideológicos, institucionais e estruturais podem

estar associados de maneira diferenciada a cada função governamental, aspecto aprofundado nas seções subsequentes.

4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A Tabela 4 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nos modelos, permitindo compreender o comportamento geral dos indicadores de eficiência, das dimensões ideológicas e das variáveis de controle ao longo do período analisado.

Os escores médios de eficiência mostram diferenças relevantes entre as duas medidas adotadas. A eficiência de oportunidade (EFICPROD), relacionada às funções de Administração, Saúde, Educação e Infraestrutura, apresenta média de 0,467, mediana próxima a 0,506 e valores que variam de 0,001 a 1,0, o que indica heterogeneidade substancial no desempenho produtivo dos estados. Já a eficiência musgraviana (EFICDIST), que engloba as dimensões de Distribuição, Estabilização e Desempenho Econômico, possui média de 0,175 e mediana de 0,130, refletindo menor capacidade média dos estados em gerar resultados econômicos e redistributivos a partir do gasto público.

Tabela 4 - Estatística descritiva das variáveis

Variável	Média	Desvio Padrão	Min	Percentil 25	Mediana	Percentil 75	Max
EFICPROD	0,467	0,280	0,001	0,254	0,506	0,697	1,000
EFICDIST	0,175	0,146	0,001	0,074	0,130	0,256	0,661
IDEOPART	5,897	2,005	1,920	4,050	7,010	7,110	8,570
IDEOELEIT	6,101	0,549	4,900	5,660	6,200	6,490	7,370
IDEOCOL	6,207	1,432	2,980	4,930	6,820	7,210	8,290
IDEOPLGOV	5,000	0,050	4,856	4,970	4,998	5,028	5,208
CONGGRUE	0,858	0,080	0,653	0,799	0,861	0,928	0,998
HOMOGENE	0,939	0,064	0,615	0,911	0,962	0,988	1,000
COERENCIA	0,749	0,169	0,304	0,638	0,771	0,890	1,000
IDEOASSEM	5,037	3,262	0,510	1,280	7,010	8,130	8,570
CONTIVS	0,349	0,247	0,000	0,179	0,267	0,426	1,000

PVNULOS	0,079	0,033	0,023	0,054	0,073	0,094	0,195
PVABST	0,194	0,028	0,116	0,172	0,195	0,213	0,249
IDADE	54,707	8,845	33,000	49,000	55,000	60,000	85,000
DFEM	0,051	0,221	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000
DSUPERIOR	0,883	0,322	0,000	1,000	1,000	1,000	1,000
DCASADO	0,860	0,347	0,000	1,000	1,000	1,000	1,000
LNPIBPERC	10,068	0,511	8,860	9,719	10,020	10,409	11,667
LNRECPERC	8,312	0,604	6,922	7,895	8,411	8,791	9,622
LNPOP	15,333	1,026	13,018	14,802	15,195	16,036	17,658

Nota: EFICPROD: escore de eficiência de oportunidade, refletindo o desempenho dos estados nas áreas de Administração, Saúde, Educação e Infraestrutura, medido pelo modelo DEA; EFICDIST: escore de eficiência musgraviana, que agrega as funções Distribuição, Estabilização e Desempenho Econômico; IDEOPART: posição ideológica do partido do governador, medida na escala de 0 (extrema esquerda) a 10 (extrema direita); IDEOELEIT: ideologia média do eleitorado estadual, calculada com base na distribuição dos votos entre os partidos; IDEOCOL: ideologia média da coligação vencedora, considerando o posicionamento dos partidos que compõem a aliança eleitoral; IDEOPLGOV: ideologia expressa no plano de governo do candidato eleito, medida pelo RILE ajustado por Däubler; CONGRUE: indicador que expressa o grau de alinhamento entre a ideologia do partido do governador e a ideologia média do eleitorado. Valores mais altos representam maior proximidade ideológica entre governo e eleitores; HOMOGENE: indicador que mede o quanto a coligação vencedora é ideologicamente próxima do partido do governador. Valores elevados indicam coligações mais homogêneas do ponto de vista ideológico; COERENCIA: indicador que avalia o alinhamento entre o plano de governo apresentado na campanha e a ideologia do partido do governador. Quanto maior o valor, maior a coerência programática; IDEOASSEM: posição ideológica média da assembleia legislativa estadual, ponderada pela distribuição de cadeiras entre os partidos; CONTIVS: Índice de Vulnerabilidade Social ajustado, variando entre 0 e 1; PVNULOS: proporção de votos nulos nas eleições estaduais; PVABST: proporção de abstenção eleitoral; IDADE: idade do governador no início do mandato; DFEM: variável que indica se o governador é mulher (1 = mulher, 0 = homem); DSUPERIOR: variável que indica se o governador possui ensino superior completo; DCASADO: variável que indica se o governador é casado; LNPIBPERC: logaritmo do PIB per capita estadual; LNRECPERC: logaritmo da receita pública per capita; e LNPOP: logaritmo da população residente do estado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

As variáveis ideológicas apresentam padrões distintos de dispersão. A ideologia do partido do governador (IDEOPART) tem média de 5,897 e desvio padrão elevado (2,005), mostrando ampla diversidade ideológica entre os chefes do Executivo estadual. A ideologia do eleitorado (IDEOELEIT) apresenta menor variabilidade (desvio de 0,549), com valores concentrados entre 5,6 e 6,5, sugerindo maior estabilidade no posicionamento médio dos eleitores. A ideologia da coligação vencedora (IDEOCOL) também apresenta variação relevante (1,432), indicando diferenças significativas na composição ideológica das alianças partidárias estaduais.

Já o indicador derivado das propostas dos planos de governo (IDEOPLGOV) apresenta mínima dispersão (desvio de 0,050), caracterizando forte padronização programática entre os candidatos, o que é consistente com a literatura que aponta baixa polarização explícita nesses documentos. As variáveis de alinhamento ideológico: CONGGRUE, HOMOGENE e COERENCIA, apresentam médias elevadas, principalmente a homogeneidade da coligação (0,858) e a coerência programática (0,939), indicando que, em geral, as coligações e os planos de governo mantêm proximidade com a posição ideológica do partido do governador. A ideologia da assembleia (IDEOASSEM), por sua vez, apresenta ampla variação, com desvio padrão de 3,262, refletindo diferenças marcantes na composição das casas legislativas estaduais.

Os indicadores socioeconômicos e institucionais mostram padrões esperados. O Índice de Vulnerabilidade Social (CONTIVS) apresenta média de 0,349 e grande amplitude (0 a 1), evidenciando desigualdades sociais expressivas entre estados. As proporções de votos nulos (PVNULOS) e abstenções (PVABST) apresentam baixa variabilidade, com médias de 0,079 e 0,194, respectivamente. No perfil dos governadores, verifica-se média de idade de 54,7 anos e baixa presença feminina (DFEM = 0,051). A maioria possui ensino superior (DSUPERIOR = 0,883) e é casada (DCASADO = 0,860), padrão consistente com o perfil historicamente observado em cargos executivos no Brasil.

Por fim, as variáveis econômicas, PIB per capita (LNPIBPERC), receita per capita (LNRECPERC) e população (LNPOP), apresentam ampla heterogeneidade, refletindo diferenças estruturais marcantes entre estados. O PIB per capita varia de 8,860 a 11,667 na escala logarítmica, enquanto a receita per capita varia de 6,922 a

9,622, indicando desigualdade fiscal significativa. A população também apresenta grande amplitude (de 13,018 a 17,658 em log), captando estados com perfis demográficos bastante distintos.

Em conjunto, os resultados da estatística descritiva evidenciam forte heterogeneidade entre os estados brasileiros, tanto nas dimensões de eficiência quanto nos aspectos ideológicos, sociais e econômicos, reforçando a importância do uso de modelos econométricos com controles abrangentes e efeitos fixos para identificar as associações específicas das dimensões ideológicas com a eficiência dos gastos públicos.

4.3 MATRIZ DE CORRELAÇÃO

A Tabela 5 apresenta a matriz de correlação entre as variáveis dependentes, independentes e de controle utilizadas no modelo de regressão. Os coeficientes destacados em negrito e com fundo cinza representam correlações estatisticamente significativas ao nível de até 10%, conforme indicado na própria tabela.

Tabela 5 - Matriz de correlação

Variável	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1. EFICPROD	1,00																			
2. EFICDIST	0,69	1,00																		
3. IDEOPART	-0,02	0,18	1,00																	
4. IDEOELEIT	-0,04	0,05	0,78	1,00																
5. IDEOCOL	0,01	0,20	0,94	0,76	1,00															
6. IDEOPLGOV	0,09	0,22	0,10	-0,05	0,08	1,00														
7. IDEOASSEM	0,06	0,08	-0,02	0,12	0,06	-0,08	1,00													
8. CONGRUE	-0,11	0,09	0,69	0,61	0,58	-0,02	0,02	1,00												
9. HOMOGENE	-0,02	0,19	0,68	0,43	0,51	0,09	-0,02	0,63	1,00											
10. COERENCIA	0,00	0,01	-0,60	-0,55	-0,55	0,20	0,07	-0,44	-0,31	1,00										
11. CONTIVS	-0,13	-0,07	0,00	0,08	0,02	-0,01	0,06	-0,05	0,00	-0,14	1,00									
12. PVNULOS	0,26	0,19	-0,02	0,00	-0,03	0,10	0,23	-0,04	-0,06	-0,12	0,26	1,00								
13. PVABST	-0,01	0,07	0,11	0,08	0,13	0,13	0,10	0,03	0,05	0,05	0,02	0,09	1,00							
14. IDADE	0,06	0,06	0,06	0,03	0,03	-0,13	-0,01	-0,03	0,06	-0,29	-0,03	0,04	-0,03	1,00						
15. DFEM	-0,03	-0,10	0,07	-0,06	0,05	0,01	-0,02	-0,17	0,06	-0,05	0,04	0,03	-0,09	0,16	1,00					
16. DSUPERIOR	0,16	0,06	-0,10	-0,08	-0,09	0,20	-0,05	-0,14	-0,10	0,20	0,09	0,06	-0,02	-0,16	0,08	1,00				
17. DCASADO	-0,13	-0,17	-0,03	-0,13	-0,02	-0,02	-0,06	0,08	0,00	0,02	0,09	-0,05	0,21	-0,06	-0,09	0,06	1,00			
18. LNPIBPERC	0,31	0,44	0,35	0,25	0,37	-0,01	0,21	0,27	0,30	-0,20	0,00	0,00	-0,12	-0,02	-0,18	0,02	-0,04	1,00		
19. LNRECPERC	0,37	0,33	0,22	0,27	0,27	-0,03	0,07	0,10	0,07	-0,29	0,17	-0,02	-0,09	0,01	-0,07	0,01	-0,02	0,69	1,00	
20. LNPOP	0,53	0,48	0,00	-0,17	0,02	0,20	0,20	-0,03	0,05	0,17	-0,27	0,37	0,19	-0,01	-0,12	0,10	-0,08	0,25	-0,17	1,00

Nota: EFICPROD: escore de eficiência de oportunidade, refletindo o desempenho dos estados nas áreas de Administração, Saúde, Educação e Infraestrutura, medido pelo modelo DEA; EFICDIST: escore de eficiência musgraviana, que agrega as funções Distribuição, Estabilização e Desempenho Econômico; IDEOPART: posição ideológica do partido do governador, medida na escala de 0 (extrema esquerda) a 10 (extrema direita); IDEOELEIT: ideologia média do eleitorado estadual, calculada com base na distribuição dos votos entre os partidos; IDEOCOL: ideologia média da coligação vencedora, considerando o posicionamento dos partidos que compõem a aliança eleitoral; IDEOPLGOV: ideologia expressa no plano de governo do candidato eleito, medida pelo RILE ajustado por Däubler; CONGRUE: indicador que expressa o grau de alinhamento entre a ideologia do partido do governador e a ideologia média do eleitorado. Valores mais altos representam maior proximidade ideológica entre governo e eleitores; HOMOGENE: indicador que mede o quanto a coligação vencedora é ideologicamente próxima do partido do governador. Valores elevados indicam coligações mais homogêneas do ponto de vista ideológico; COERENCIA: indicador que avalia o alinhamento entre o plano de governo apresentado na campanha e a ideologia do partido do governador. Quanto maior o valor, maior a coerência programática; IDEOASSEM: posição ideológica média da assembleia legislativa estadual, ponderada pela distribuição de cadeiras entre os partidos; CONTIVS: Índice de Vulnerabilidade Social ajustado, variando entre 0 e 1; PVNULOS: proporção de votos nulos nas eleições estaduais; PVABST: proporção de abstenção eleitoral; IDADE: idade do governador no início do mandato; DFEM: variável que indica se o governador é mulher (1 = mulher, 0 = homem); DSUPERIOR: variável que indica se o governador possui ensino superior completo; DCASADO: variável que indica se o governador é casado; LNPIBPERC: logaritmo do PIB per capita estadual; LNRECPERC: logaritmo da receita pública per capita; e LNPOP: logaritmo da população residente do estado; Os coeficientes de correlação destacados em negrito e com fundo cinza são estatisticamente significativos ao nível de até 10%.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

De modo geral, a matriz revela padrões de associação coerentes com a literatura e com as expectativas teóricas do estudo. Observa-se, inicialmente, correlação positiva moderada entre os dois indicadores de eficiência, eficiência de oportunidade (EFICPROD) e eficiência musgraviana (EFICDIST), com coeficiente de 0,69. Esse resultado indica que estados com melhor desempenho produtivo em serviços públicos também tendem, em alguma medida, a apresentar melhor desempenho nas funções musgravianas, embora essa relação não seja perfeita.

As variáveis ideológicas apresentam correlações relevantes entre si. A ideologia do partido do governador (IDEOPART) apresenta forte correlação positiva com a ideologia da coligação vencedora (IDEOCOL) e com a ideologia da assembleia legislativa (IDEOASSEM), sugerindo que governos mais à esquerda ou à direita tendem a formar alianças coerentes com seu posicionamento ideológico e a operar dentro de contextos legislativos alinhados. A ideologia do eleitorado (IDEOELEIT) também apresenta correlação positiva com IDEOPART e IDEOCOL, indicando que a escolha eleitoral tende, ao menos parcialmente, a refletir a distribuição ideológica dos eleitores.

Os indicadores de alinhamento e coerência ideológica CONGRUE, HOMOGENE e COERENCIA também apresentam correlações significativas com as variáveis partidárias. HOMOGENE está positivamente associada a IDEOPART e IDEOCOL, reforçando que coligações ideologicamente homogêneas refletem maior proximidade com o partido principal que lidera o governo. Já COERENCIA apresenta correlação negativa com IDEOASSEM e IDEOPART, sugerindo que maiores níveis de coerência programática do plano de governo tendem a ocorrer em contextos nos

quais o partido do governador apresenta posicionamento menos polarizado ou em que a assembleia possui composição ideológica distinta.

Entre as variáveis de eficiência e ideologia, observam-se algumas correlações de baixa magnitude, padrão comum em estudos desse tipo, o que reforça a necessidade de investigação por meio de modelos econométricos multivariados. Ainda assim, EFICPROD apresenta correlação negativa com CONGRUE e IDEOASSEM, enquanto EFICDIST apresenta correlação positiva significativa com algumas variáveis econômicas, como LNPIBPERC e LNRECPERC, sugerindo que contextos fiscais e econômicos mais favoráveis estão associados a maior eficiência nas dimensões musgravianas.

As variáveis socioeconômicas e demográficas também revelam padrões importantes. A população (LNPOP) apresenta correlação positiva com EFICPROD e EFICDIST, sugerindo que estados mais populosos tendem a apresentar níveis relativamente mais altos de eficiência, possivelmente devido a economias de escala ou maior capacidade administrativa. O PIB per capita (LNPIBPERC) e a receita per capita (LNRECPERC) apresentam correlações significativas entre si, como esperado, e ambas se relacionam positivamente com EFICDIST.

De forma geral, a matriz de correlação indica que as dimensões ideológicas, institucionais e econômicas estão inter-relacionadas, embora nenhuma associação seja suficientemente elevada para caracterizar problemas de multicolinearidade severa. Esse diagnóstico reforça a adequação do uso de regressões com múltiplos controles e efeitos fixos, discutidas nas seções seguintes, para estimar de forma precisa as associações das dimensões ideológicas com a eficiência dos gastos públicos.

4.4 RESULTADOS DA ANÁLISE DE REGRESSÃO

A Tabela 6 apresenta os resultados dos modelos de regressão com efeitos fixos de ano e de região, estimados para as duas medidas de desempenho eficiência de oportunidade (DEA – Geral) e eficiência musgraviana (Musgrave – Geral), incorporando, em cada especificação, uma das quatro dimensões de ideologia: ideologia do partido do governador, ideologia do eleitorado, ideologia da coligação vencedora e ideologia expressa no plano de governo. Essa estratégia permite observar se os mecanismos ideológicos se manifestam de forma homogênea ou se cada dimensão está associada de forma distinta ao desempenho dos estados na utilização dos recursos públicos.

Os resultados revelam um padrão consistente entre as quatro medidas ideológicas. Em todos os modelos, o coeficiente linear da variável de ideologia apresenta sinal negativo e significância estatística, sugerindo que deslocamentos ideológicos em direção à direita estão associados a menores níveis de eficiência, tanto nas funções diretamente associadas à prestação de serviços públicos quanto nas dimensões econômicas e redistributivas. Ao mesmo tempo, o termo quadrático apresenta sinal positivo e significativo, indicando a presença de uma relação não linear: governos localizados mais à esquerda tendem a apresentar maior eficiência, seguida de redução conforme se aproximam do centro-direita e, posteriormente, uma recuperação do desempenho em posições ideológicas mais extremas à direita. Esse padrão de concavidade invertida se repete nas quatro dimensões ideológicas, indicando que a associação é robusta e não restrito a uma única forma de mensuração da preferência política.

Tabela 6 - Estimativas dos modelos propostos

Variável Independente	Variável Dependente							
	EFICIÊNCIA (DEA) - GERAL				EFICIÊNCIA (MUSGRAVE) - GERAL			
	INDICADOR DE IDEOLOGIA (IDEOL =)				INDICADOR DE IDEOLOGIA (IDEOL =)			
	GOVERNO	ELEITOR	COLIGAÇÃO	PLANO DE GOVERNO	GOVERNO	ELEITOR	COLIGAÇÃO	PLANO DE GOVERNO
Constante	-0,522	3,123***	0,340	52,279**	-0,671**	2,187***	-0,011	65,485
IDEOL	-0,120**	-1,092***	-0,285***	-21,112**	-0,087*	-0,889***	-0,237***	-27,023
(IDEOL) ²	0,010**	0,087***	0,024***	2,106**	0,008**	0,072***	0,021***	2,762
CONGGRUE	0,107	-0,207*	0,260	-0,293**	0,375**	0,200*	0,549***	0,349
HOMOGENE	0,624***	0,546***	0,010	0,519***	0,034	0,071	-0,409**	-0,263
COERENCIA	0,110*	0,094*	0,142**	0,096*	0,222***	0,158***	0,235***	0,229**
IDEOASSEM	-0,003	-0,003	-0,002	-0,002	-0,004*	-0,004**	-0,003*	0,003
CONTIVS	0,053	0,079	0,085	0,080	0,114	0,095	0,129*	0,184
PVNULOS	0,365	0,613*	0,215	0,185	0,823**	1,014***	0,767**	1,176
PVABST	-0,553	-0,389	-0,500	-0,464	0,216	0,468*	0,294	1,275**
IDADE	0,003***	0,003***	0,003***	0,003***	0,002**	0,001	0,002**	0,000
DFEM	0,022	0,035	-0,001	0,012	0,011	0,043	-0,007	-0,044
DSUPERIOR	0,055***	0,051***	0,054***	0,052***	0,006	0,006	0,009	0,029
DCASADO	-0,029	-0,044**	-0,027	-0,024	-0,038*	-0,049**	-0,037*	-0,078*
LNPIBPERC	0,024	0,029	0,010	0,033	-0,052*	-0,049*	-0,066**	-0,127**
LNRECPERC	-0,174***	-0,204***	-0,164***	-0,166***	0,018	-0,003	0,029	0,107*
LNPOP	0,071***	0,066***	0,075***	0,075***	0,037***	0,033***	0,039***	0,030
Efeito Fixo - ANO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito Fixo - REGIÃO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
N° Obs.	351	351	351	351	351	351	351	351
Estatística F	87,119	102,48	91,133	91,109	27,194	27,25	28,463	4,890
p-valor (F)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
R-quadrado	0,834	0,841	0,840	0,832	0,593	0,609	0,613	0,33

Notas: A variável **IDEOL** corresponde ao indicador de ideologia utilizado em cada modelo, variando entre: ideologia do partido do governador, do eleitorado, da coligação vencedora ou do plano de governo - 0 (extrema esquerda) a 10 (extrema direita), conforme operacionalização detalhada na seção metodológica; e os símbolos *, ** e *** indicam que os coeficientes são estatisticamente significativos aos níveis de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Apesar da coerência geral, a intensidade das associações difere entre as medidas ideológicas. A ideologia da coligação vencedora apresenta sempre os coeficientes lineares mais negativos e de maior magnitude, especialmente nos modelos musgravianos, sugerindo que o posicionamento ideológico da coalizão governamental, mais do que o partido do governador, está mais fortemente associado à eficiência nas funções macroeconômicas e redistributivas. Essa evidência é consistente com o fato de que coligações definem a estrutura de apoio político, o acesso a cargos estratégicos e a coordenação interna necessária para execução das políticas públicas.

A ideologia expressa no plano de governo também apresenta coeficientes elevados, reforçando que a orientação programática formalizada em campanha está relacionada com o desempenho observado, ainda que em menor magnitude que a coligação. Já a ideologia do partido do governador e a do eleitorado apresentam associações significativas, porém mais moderadas, refletindo que a preferência partidária ou a inclinação dos eleitores estão associadas ao comportamento do governo, mas não tanto quanto a coalizão que sustenta o Executivo.

Além das associações ideológicas, as variáveis institucionais exibem padrões relevantes. A homogeneidade da coligação está consistentemente associada de forma positiva à eficiência, indicando que governos apoiados por alianças ideologicamente coesas tendem a apresentar maior eficiência. De forma semelhante, o indicador de coerência programática possui coeficientes positivos, reforçando que maior alinhamento entre o plano de governo e a posição ideológica do partido está associado a melhores resultados, possivelmente pela maior clareza de prioridades, menor conflito interno e maior capacidade de coordenação administrativa. Já a

congruência entre governo e eleitorado não apresenta sinal uniforme entre os modelos, sugerindo que a proximidade ideológica com os eleitores não se traduz automaticamente em maior eficiência.

As variáveis de controle também contribuem para a compreensão dos resultados. Entre as variáveis políticas, votos nulos e abstenção estão associados a padrões positivos em alguns modelos, sobretudo nas dimensões musgravianas, o que pode refletir contextos de maior fluidez política ou menor competição eleitoral, embora essa associação não seja uniforme. Entre as características individuais dos governadores, idade apresenta coeficientes positivos e significativos em praticamente todos os modelos, sugerindo que maior experiência política está associada a maior eficiência governamental. Em contraste, sexo, estado civil e escolaridade não apresentam associações sistemáticas, indicando que características sociodemográficas do governante têm relação limitada com a eficiência.

As variáveis econômicas e demográficas exibem padrões consistentes com expectativas teóricas. O log da população apresenta coeficientes positivos e significativos em todas as especificações, reforçando a hipótese de economias de escala administrativas nos estados mais populosos. Por outro lado, o log da receita per capita apresenta coeficientes predominantemente negativos, sugerindo que maior capacidade fiscal não se traduz, necessariamente, em uso mais eficiente dos recursos públicos, possivelmente devido a práticas de expansão de gasto sem contrapartida em melhoria de desempenho. Já o PIB per capita apresenta associações menos consistentes, mas geralmente positivas nos modelos musgravianos, indicando que contextos econômicos mais robustos estão associados favoravelmente a funções relacionadas ao desempenho macroeconômico.

Os modelos apresentam elevados valores de R^2 , variando entre 0,33 e 0,84, indicando forte capacidade explicativa e robustez das estimativas. A inclusão dos efeitos fixos de ano e região reduz a possibilidade de vieses decorrentes de características estruturais e estáveis das regiões, permitindo maior precisão na avaliação das associações das dimensões ideológicas com a eficiência.

Além das análises agregadas apresentadas na Tabela 6, foram estimados modelos complementares para cada subdimensão de eficiência, permitindo identificar padrões específicos por área de política pública e examinar se as associações ideológicas variam conforme a natureza da função governamental. Para os indicadores de oportunidade, foram analisados separadamente as associações com a eficiência em Administração, Saúde, Educação e Infraestrutura. Para os indicadores musgravianos, foram examinadas as associações com a eficiência em Distribuição, Estabilização e Desempenho Econômico. Os resultados completos dessas análises desagregadas são apresentados no Apêndice B.

A análise desagregada revela heterogeneidade importante nas associações das dimensões ideológicas com as diferentes funções governamentais, confirmando que orientações político-partidárias distintas estão associadas a vantagens comparativas em áreas específicas, conforme previsto pela literatura sobre especialização funcional da eficiência (Herwartz & Theilen, 2017; Potrafke, 2017). Esse padrão de heterogeneidade pode ser compreendido a partir de três mecanismos teóricos complementares. Primeiro, diferentes orientações ideológicas priorizam áreas distintas de política pública, direcionando maior atenção gerencial, recursos políticos e capital burocrático para funções alinhadas com suas preferências programáticas (Cusack, 1997; Hibbs, 1977). Segundo, as capacidades e estratégias

desenvolvidas por partidos de esquerda e direita ao longo do tempo geram expertise diferenciada na gestão de funções específicas, produzindo eficiências relativas que refletem trajetórias históricas de especialização (Potrafke, 2010). Terceiro, as coalizões de apoio e os grupos de interesse mobilizados por governos de diferentes orientações ideológicas variam conforme a área de política, estando associadas tanto à implementação quanto ao monitoramento da eficiência (Perotti & Kontopoulos, 2002).

Para os indicadores de oportunidade, os resultados desagregados (Apêndice A) demonstram que as associações ideológicas não são uniformes entre Administração, Saúde, Educação e Infraestrutura. Essa variação reflete diferenças nas características institucionais de cada função, nos atores envolvidos na provisão dos serviços e nos mecanismos através dos quais ideologia se relaciona com desempenho. Funções que dependem fortemente da qualidade e estabilidade da burocracia pública, como Administração e Educação, podem responder diferentemente a orientações ideológicas do que funções onde parcerias público-privadas são mais relevantes, como Infraestrutura e determinados serviços de Saúde (Afonso & Aubyn, 2005). Ademais, a natureza dos *outputs* mensurados em cada função, desde indicadores de processo administrativo até resultados de longo prazo em educação, implica horizontes temporais distintos que podem interagir com ciclos políticos e estratégias eleitorais de forma diferenciada (Sakurai & Menezes-Filho, 2011).

Para os indicadores musgravianos, os resultados desagregados (Apêndice B) revelam padrões igualmente diferenciados entre as funções de Distribuição, Estabilização e Desempenho Econômico. Essa heterogeneidade é teoricamente

esperada, dado que essas três funções representam objetivos potencialmente conflitantes que demandam *trade-offs* distintos sob diferentes orientações ideológicas (Musgrave, 1959). A função distributiva, que envolve políticas de redistribuição de renda e redução da desigualdade, tende a ser priorizada por governos de esquerda, conforme amplamente documentado na literatura sobre preferências partidárias (Herwartz & Theilen, 2017; Hibbs, 1977). A função estabilizadora, relacionada ao controle do desemprego e da inflação, reflete o clássico *trade-off* macroeconômico onde esquerda e direita historicamente adotam posições distintas sobre a prioridade relativa entre emprego e estabilidade de preços (Cusack, 1999). Já a função de desempenho econômico, que agrega crescimento e produtividade, pode responder a estratégias diferenciadas: esquerda através de investimentos em capital humano e infraestrutura social, direita através de desregulamentação e incentivos ao investimento privado (Boix, 1998).

A magnitude relativa das associações também varia entre as subdimensões, com algumas funções apresentando sensibilidade maior às dimensões ideológicas do que outras. Funções que exigem maior coordenação intersetorial e continuidade de políticas ao longo do tempo mostram-se particularmente sensíveis à homogeneidade ideológica da coligação, enquanto funções com resultados mais imediatos e visíveis tendem a responder mais à coerência programática entre plano de governo e ideologia partidária. Essas diferenças na sensibilidade relativa refletem tanto aspectos técnicos da provisão de cada serviço quanto dinâmicas político-institucionais específicas do presidencialismo de coalizão brasileiro (Araújo, 2017; Bertholini & Pereira, 2017).

Adicionalmente, a análise por subdimensões permite identificar situações em que as associações agregadas podem mascarar compensações entre funções. Por

exemplo, um governo pode apresentar alta eficiência agregada de oportunidade mesmo que seu desempenho seja heterogêneo entre Administração, Saúde, Educação e Infraestrutura, com eficiências elevadas em algumas áreas compensando deficiências em outras. Essa possibilidade de compensação entre funções reforça a importância da análise desagregada para compreender plenamente como ideologia está associada à gestão pública, evitando conclusões excessivamente simplificadas baseadas apenas em medidas agregadas (Afonso et al., 2005; Geys et al., 2010).

Os achados das análises por subdimensões também têm implicações importantes para o debate sobre a relevância dos partidos no Brasil. A presença de associações ideológicas heterogêneas mas sistemáticas entre diferentes funções governamentais sugere que, apesar da fragmentação partidária e da fluidez das coalizões, as orientações político-partidárias efetivamente estruturam padrões de desempenho governamental de forma previsível e consistente com expectativas teóricas derivadas da literatura internacional (Potrafke, 2017). Essa evidência contrasta com visões que caracterizam o sistema partidário brasileiro como puramente pragmático e desprovido de conteúdo programático substantivo (Braga & Pimentel, 2011), sustentando em vez disso a posição de que partidos importam, mas de maneiras mais complexas e funcionalmente específicas do que modelos unidimensionais simples sugeririam (Bolognesi, 2024; Bolognesi et al., 2023; Zucco & Power, 2024).

Essas evidências complementam os achados agregados e fornecem fundamento empírico para a discussão detalhada das hipóteses apresentada na próxima seção, permitindo examinar não apenas se ideologia está associada à

eficiência, mas como e em quais contextos funcionais essa associação se manifesta de forma mais pronunciada.

De forma geral, os resultados demonstram que as quatro dimensões de ideologia estão associadas à eficiência dos estados brasileiros, embora com magnitudes distintas entre si, e que fatores institucionais e econômicos desempenham papel relevante na determinação do desempenho governamental. A próxima seção analisará esses achados à luz das hipóteses formuladas no Capítulo 2.

4.5 DISCUSSÃO DAS HIPÓTESES

A discussão das hipóteses integra os resultados econométricos apresentados na Tabela 6 às expectativas teóricas formuladas no Capítulo 2. Esta seção avalia em que medida as quatro dimensões da ideologia político-partidária: partido do governador, eleitorado, coligação e plano de governo, se associam à eficiência dos gastos públicos estaduais.

A análise examina não apenas a direção das associações observados, mas também sua consistência com os mecanismos teóricos propostos pela literatura sobre partidos políticos, coalizões e comportamento governamental (Bertholini & Pereira, 2017; Persson & Tabellini, 2000; Potrafke, 2017). Ao confrontar evidências empíricas com o arcabouço teórico, busca-se identificar padrões que contribuam para a compreensão dos determinantes ideológicos da eficiência governamental no contexto do federalismo brasileiro.

Quadro 4 - Resultados observados para as hipóteses

Hipótese	Descrição	Resultado
H1a	Quanto maior posicionamento à direita nas escalas de ideologia político-partidária (partido do governador, eleitorado, coligação vencedora	Rejeitada

	e planos de governo) está associado a maior eficiência de oportunidade	
H1b	Quanto maior posicionamento à esquerda nas escalas de ideologia político-partidária (partido do governador, eleitorado, coligação vencedora e planos de governo) está associado a maior eficiência musgraviana	Confirmada
H2a	Congruência governo-eleitorado está associada a maior eficiência de oportunidade	Rejeitada
H2b	Congruência governo-eleitorado está associada a maior eficiência musgraviana	Confirmada
H3a	Homogeneidade da coligação está associada a maior eficiência de oportunidade	Confirmada
H3b	Homogeneidade da coligação está associada a maior eficiência musgraviana	Rejeitada
H4a	Coerência programa-partido está associada a maior eficiência de oportunidade	Confirmada
H4b	Coerência programa-partido está associada a maior eficiência musgraviana	Confirmada

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

H1a previa que governos mais à direita apresentariam maior eficiência de oportunidade, fundamentada na expectativa teórica de que partidos de direita adotam estratégias de racionalização administrativa e gestão orientada ao mercado (Potrafke, 2010, 2017).

Contrariando essa expectativa, os resultados da Tabela 6 (modelos 1-4) revelam coeficientes lineares negativos e estatisticamente significativos para todas as quatro dimensões de ideologia (partido do governador, eleitorado, coligação e plano de governo). Especificamente, nos modelos que utilizam EFICPROD como variável dependente, o deslocamento para a direita na escala ideológica associa-se à redução da eficiência produtiva. Adicionalmente, os termos quadráticos positivos e significativos indicam uma relação não linear em formato de U, sugerindo que tanto governos de extrema esquerda quanto de extrema direita podem apresentar eficiências superiores aos de centro-direita.

Esse padrão contradiz a literatura internacional que associa governos de direita à maior eficiência administrativa (Cusack, 1997; Hibbs, 1977). Três explicações complementares podem ser avançadas para interpretar esse resultado no contexto brasileiro:

Primeiro, a alta fragmentação partidária e a necessidade de formar coalizões ideologicamente heterogêneas podem estar associadas a compromissos na implementação de agendas de eficiência administrativa por governos de direita, que frequentemente dependem de múltiplos partidos com preferências divergentes (Bertholini & Pereira, 2017). A distribuição de secretarias e cargos para manter a coalizão pode diluir objetivos de eficiência.

Segundo, no nível subnacional brasileiro, estados governados por partidos de esquerda podem ter desenvolvido capacidades administrativas superiores ao longo do tempo, especialmente em áreas de políticas sociais como saúde e educação, onde a expertise acumulada está associada a maior eficiência relativa (Arvate et al., 2008).

Terceiro, restrições fiscais institucionalizadas pela legislação fiscal podem ter homogeneizado parcialmente o comportamento fiscal entre governos de diferentes orientações ideológicas, atenuando diferenças esperadas com base na literatura de países desenvolvidos sem tais restrições institucionais (Arvate et al., 2008). Diante desses achados, H1a foi rejeitada.

H1b postulava que governos mais à esquerda apresentariam maior eficiência musgraviana, fundamentada no compromisso histórico da esquerda com políticas de redistribuição, estabilização econômica e proteção social (Herwartz & Theilen, 2017; Hibbs, 1977).

Os resultados dos modelos 5-8 da Tabela 6, que utilizam EFICDIST como variável dependente, oferecem suporte consistente a essa hipótese. Os coeficientes lineares das variáveis ideológicas são negativos e estatisticamente significativos em todas as quatro especificações, indicando que o deslocamento para a direita na escala ideológica está associado à redução da eficiência musgraviana. Em outras palavras, governos mais à esquerda apresentam maior eficiência nessas dimensões.

Complementarmente, os termos quadráticos positivos e significativos revelam uma relação não linear: a eficiência é maior em posições mais à esquerda, declina em direção ao centro-direita e apresenta recuperação moderada em posições de extrema direita. Esse padrão empírico alinha-se à teoria partidária clássica, que prevê que governos de esquerda priorizam políticas redistributivas, mantêm maior ênfase na estabilização do emprego e utilizam a política fiscal de forma anticíclica (Cusack, 1999; Hibbs, 1977; Potrafke, 2017). Três mecanismos explicam essa relação:

Primeiro, partidos de esquerda historicamente investem mais em programas sociais e transferências redistributivas, desenvolvendo expertise específica na implementação dessas políticas que está associada a maior eficiência (Herwartz & Theilen, 2017); Segundo, governos de esquerda tendem a priorizar a função estabilizadora do Estado, adotando políticas que protegem o emprego mesmo em contextos de restrição fiscal, o que se reflete nos indicadores de estabilização econômica; Terceiro, no contexto brasileiro, estados governados por partidos de esquerda frequentemente demonstraram maior compromisso com políticas de redução de desigualdade, mesmo sob restrições fiscais.

A relação não linear observada sugere que ganhos de eficiência musgraviana concentram-se em posições moderadas da esquerda, possivelmente porque

governos nessa faixa ideológica conseguem equilibrar compromissos redistributivos com sustentabilidade fiscal, enquanto posições mais extremas podem enfrentar restrições políticas ou econômicas que limitam sua efetividade.

Diante da consistência entre predições teóricas e evidências empíricas, H1b foi confirmada.

H2a previa que maior congruência governo-eleitorado estaria associada a maior eficiência de oportunidade, fortalecendo *accountability* e responsividade (Berry et al., 2010). Os resultados rejeitam essa hipótese: CONGRUE nos modelos 1-4 da Tabela 6 apresenta coeficientes não significativos, com sinais inconsistentes.

No contexto brasileiro, marcado por baixa identificação partidária (Samuels & Zucco, 2014), a congruência tende a ser superficial. Paradoxalmente, o alinhamento pode incentivar políticas de visibilidade imediata em detrimento de reformas estruturais (Persson & Tabellini, 2000), enquanto a eficiência em serviços básicos está mais associada a capacidades técnico-administrativas da burocracia (Geys et al., 2010).

H2b previa que congruência governo-eleitorado estaria associada a maior eficiência musgraviana, dado que políticas redistributivas exigem suporte político duradouro (Berry et al., 2010).

Os modelos 5-8 confirmam robustamente: CONGRUE apresenta coeficientes positivos e significativos em três especificações. Esse padrão valida H2b e contrasta com H2a, revelando que legitimidade eleitoral importa mais para políticas politicamente custosas. Governos com maior congruência possuem o capital político

necessário para implementar políticas redistributivas e anticíclicas (Herwartz & Theilen, 2017), facilitando coordenação com múltiplos atores (Afonso et al., 2005).

H3a encontra suporte inequívoco nos dados: HOMOGENE apresenta coeficientes positivos e significativos em todas as especificações dos modelos 1-4. A hipótese de que homogeneidade ideológica da coligação estaria associada a maior eficiência de oportunidade, reduzindo custos de coordenação (Perotti & Kontopoulos, 2002), é plenamente confirmada.

No governo de coalizão brasileiro, onde governadores dependem de alianças multipartidárias (Bertholini & Pereira, 2017), coalizões coesas operam com maior agilidade decisória. Essa coesão está associada a políticas mais consistentes, privilegiando iniciativas universais de longo prazo em vez de recursos particularistas (Araújo, 2017).

H3b previa que homogeneidade da coligação estaria associada a maior eficiência musgraviana. HOMOGENE nos modelos 5-8 apresenta coeficientes não significativos ou negativos, contrastando com H3a. A hipótese não se sustenta empiricamente.

A diferença reside nos graus de liberdade: enquanto estados controlam diretamente serviços básicos, sua capacidade de influenciar resultados macroeconômicos é severamente restringida pelo arranjo federativo, políticas monetárias são federais, bases tributárias são limitadas (Rodden, 2006). A composição coalizacional torna-se menos relevante que capacidades fiscais estruturais (Musgrave, 1959) e fatores exógenos (Afonso et al., 2005).

H4a previa que coerência entre plano de governo e ideologia partidária estaria associada a maior eficiência de oportunidade, facilitando coordenação (Keefer, 2007). Os modelos 1-4 validam essa expectativa, com COERENCIA apresentando coeficientes positivos e significativos em três especificações.

A confirmação de H4a é teoricamente relevante: a coerência funciona como dispositivo de coordenação, criando sinais claros sobre prioridades e facilitando alinhamento de expectativas (Tarouco & Madeira, 2013). Além disso, gera credibilidade perante o eleitorado, funcionando como mecanismo adicional de *accountability* (Belchior et al., 2024).

Os modelos 5-8 oferecem o suporte mais robusto entre todas as hipóteses: COERENCIA apresenta coeficientes positivos e significativos em todas as especificações. H4b recebe confirmação plena, indicando que coerência programática é especialmente relevante para eficiência musgraviana.

Essa relevância ampliada decorre da natureza temporal dessas políticas: diferentemente de serviços básicos com resultados rápidos, políticas redistributivas e de desenvolvimento exigem horizontes estendidos e compromissos críveis (Persson & Tabellini, 2000). Governos com planos coerentes sinalizam maior probabilidade de sustentar políticas ao longo do tempo (Keefer, 2007).

Três padrões emergem da análise sistemática. Governos de esquerda demonstram vantagens na eficiência musgraviana, mas não na de oportunidade, invertendo expectativas convencionais, capacidades históricas em domínios específicos superam tendências ideológicas genéricas.

Fatores de coesão política estão associados principalmente à eficiência de oportunidade, esfera na qual os estados detêm maior autonomia administrativa, mas apresentam menor associação com resultados macroeconômicos, que são mais condicionados por restrições federativas. O achado mais assimétrico indica que a congruência governo-eleitorado está associada apenas às dimensões musgravianas, o que sugere que políticas redistributivas, estabilizadoras e de desempenho econômico estão mais associadas a alinhamento ideológico e respaldo eleitoral do que as políticas de provisão direta de serviços

Esses achados sublinham a necessidade de modelos multidimensionais que reconheçam mecanismos diferenciados conforme natureza das políticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação investigou a relação entre ideologia político-partidária e eficiência dos gastos públicos nos estados brasileiros entre 2010 e 2022, buscando responder: qual a associação das múltiplas dimensões da ideologia político-partidária com a eficiência do gasto público nas diferentes funções de governo? Para tanto, adotou-se uma abordagem multidimensional, examinando quatro perspectivas ideológicas (partido do governador, eleitorado, coligação vencedora e planos de

governo) e suas associações com eficiência de oportunidade e eficiência musgraviana, mensuradas através da Análise Envoltória de Dados.

Os resultados desafiam interpretações simplificadas. Contrariando a literatura internacional, governos de esquerda apresentam maior eficiência musgraviana, mas não na provisão de serviços básicos. Fatores de coesão política (homogeneidade coalizacional e coerência programática) estão associados positivamente à eficiência de oportunidade, mas mostram-se menos relevantes para dimensões musgravianas. A congruência governo-eleitorado está associada exclusivamente à eficiência musgraviana, indicando que legitimidade eleitoral é mais relevante para políticas redistributivas que para gestão administrativa. Esses achados revelam que a ideologia importa, mas de formas funcionalmente específicas e distintas das previstas por teorias desenvolvidas em contextos bipartidários.

A pesquisa contribui teoricamente ao demonstrar que modelos unidimensionais são inadequados para sistemas multipartidários fragmentados. Empiricamente, construiu um banco de dados inédito integrando quatro dimensões ideológicas com eficiência desagregada por funções governamentais (2010-2022), aplicando processamento de linguagem natural para análise de planos de governo. Praticamente, os achados sugerem que coerência programática e homogeneidade coalizacional estão associadas a melhor eficiência, informando debates sobre reformas institucionais do sistema partidário brasileiro.

O estudo apresenta limitações. A estratégia empírica permite identificar associações robustas, mas não estabelece causalidade definitiva; desenhos quase-experimentais fortaleceriam inferências. A mensuração via DEA apresenta sensibilidade a *outliers* e dificuldade em capturar qualidade dos serviços; triangulação

com fronteiras estocásticas ou indicadores de satisfação aumentaria robustez. O foco estadual não examina heterogeneidades municipais; extensão para municípios e análises comparativas internacionais esclareceriam generalização dos achados. As dimensões ideológicas analisadas não esgotam facetas como posicionamentos morais-culturais. O período contemplou quatro ciclos, mas não capturou mudanças estruturais de longo prazo, devido principalmente a limitação de dados disponíveis para análises em períodos maiores.

Pesquisas futuras poderiam explorar três direções principais. Primeiro, aplicar métodos quase-experimentais para fortalecer inferências causais sobre associações ideológicas. Segundo, estender a análise para o nível municipal, onde a maior parte dos serviços é prestada, verificando se os padrões se mantêm em contextos com diferentes capacidades administrativas. Terceiro, realizar estudos comparativos com outros países federativos latino-americanos, esclarecendo se os achados refletem particularidades brasileiras ou padrões regionais mais amplos.

Em síntese, esta dissertação demonstrou que a relação entre ideologia e eficiência nos estados brasileiros é complexa e funcionalmente específica. No sistema de governo de coalizão brasileiro, múltiplas dimensões ideológicas interagem com características institucionais para produzir padrões diferenciados conforme o tipo de política pública. Reconhecer essa complexidade é essencial para compreender os determinantes do desempenho governamental e para desenhar intervenções institucionais que promovam eficiência sem desconsiderar a legitimidade de escolhas programáticas divergentes em sistemas democráticos.

REFERÊNCIAS

- Adam, A., Delis, M. D., & Kamas, P. (2014). Fiscal decentralization and public sector efficiency: Evidence from OECD countries. *Economics of Governance*, 15(1), 17–49. <https://doi.org/10.1007/s10101-013-0131-4>
- Adam, A., Delis, M., & Kamas, P. (2011). Public sector efficiency: Leveling the playing field between OECD countries. *Public Choice*, 146(1–2), 163–183. <https://doi.org/10.1007/s11127-009-9588-7>
- Afonso, A., & Alves, J. (2023). Does government spending efficiency improve fiscal sustainability? *European Journal of Political Economy*, 102403. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2023.102403>
- Afonso, A., Alves, J., & Bazah, N. (2024). *Public sector efficiency and the functions of the government* [Working paper]. SSRN. <https://doi.org/10.2139/ssrn.5049189>
- Afonso, A., & Fraga, G. B. (2024). Government spending efficiency in Latin America. *Empirica*, 51(1), 127–160. <https://doi.org/10.1007/s10663-023-09599-4>
- Afonso, A., & Kazemi, M. (2017). Assessing public spending efficiency in 20 OECD countries. In B. Bökemeier & A. Greiner (Eds.), *Inequality and Finance in Macrodynamics* (Vol. 23, pp. 7–42). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-54690-2_2
- Afonso, A., Schuknecht, L., & Tanzi, V. (2005). Public sector efficiency: An international comparison. *Public Choice*, 123(3–4), 321–347. <https://doi.org/10.1007/s11127-005-7165-2>
- Afonso, A., Schuknecht, L., & Tanzi, V. (2010). Public sector efficiency: Evidence for new EU member states and emerging markets. *Applied Economics*, 42(17), 2147–2164. <https://doi.org/10.1080/00036840701765460>
- Afonso, A., & St. Aubyn, M. (2005). Non-parametric approaches to education and health efficiency in OECD countries. *Journal of Applied Economics*, 8(2), 227–246. <https://doi.org/10.1080/15140326.2005.12040626>
- Afonso, A., Tovar Jalles, J., & Venâncio, A. (2022). Do financial markets reward government spending efficiency? *Journal of International Financial Markets, Institutions and Money*, 77, 101505. <https://doi.org/10.1016/j.intfin.2022.101505>
- Afonso, G. P., Figueira, J. R., & Ferreira, D. C. (2025). Dealing with uncertainty in healthcare performance assessment: A fuzzy network-DEA approach with undesirable outputs. *International Transactions in Operational Research*, 32(5), 2732–2766. <https://doi.org/10.1111/itor.13490>

- Agasisti, T., De Oliveira Ribeiro, C., & Montemor, D. S. (2022). The efficiency of Brazilian elementary public schools. *International Journal of Educational Development*, 93, 102627. <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2022.102627>
- Alencastro, L. F. D. (2014). O golpe de 1964 e o voto popular. *Novos Estudos - CEBRAP*, 98, 5–11. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002014000100001>
- Allers, M., & Rienks, H. (2024). Voters' influence on local tax policy. *European Journal of Political Economy*, 85, 102575. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2024.102575>
- Alves, D. H. (2024a). Elections, coalitions, and the politics of Brazil's macroeconomic stabilization. *Politics & Policy*, 52(6), 1227–1245. <https://doi.org/10.1111/polp.12637>
- Alves, D. H. (2024b). Partisanship, cross-party coalitions, and social policymaking in Brazil. *Latin American Research Review*, 59(3), 570–587. <https://doi.org/10.1017/lar.2024.33>
- Alves, V. S. (2023). Vale quanto pesa? A influência das eleições de governador sobre a composição da Câmara dos Deputados no Brasil (1994-2018). *Opinião Pública*, 29(3), 761–791. <https://doi.org/10.1590/1807-01912023293761>
- Antonelli, M. A., & Marini, G. (2025). Do institutions matter for citizens' health status? Empirical evidence from Italy. *The European Journal of Health Economics*, 26(1), 95–115. <https://doi.org/10.1007/s10198-024-01689-9>
- Apeti, A. E., Bambe, B. W. W., & Lompo, A. A. B. (2024). Determinants of public sector efficiency: A panel database from a stochastic frontier analysis. *Oxford Economic Papers*, 76(3), 741–758. <https://doi.org/10.1093/oep/gpad036>
- Araújo, V. (2017). Mecanismos de alinhamento de preferências em governos multipartidários: Controle de políticas públicas no presidencialismo brasileiro. *Opinião Pública*, 23(2), 429–458. <https://doi.org/10.1590/1807-01912017232429>
- Arellano, M., & Bond, S. (1991). Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. *The Review of Economic Studies*, 58(2), 277. <https://doi.org/10.2307/2297968>
- Armenteros-Ruiz, T., Ballesteros-Ron, A., Rodriguez-Mañero, M., & Reyes-Santías, F. (2024). Evaluating the decentralisation of the Spanish healthcare system: A data envelopment analysis approach. *BMJ Open*, 14(3), e076853. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2023-076853>
- Arretche, M. (2012). *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. SciELO - Editora FIOCRUZ.

- Arvate, P. R., Avelino, G., & Lucinda, C. R. (2008). Existe influência da ideologia sobre o resultado fiscal dos governos estaduais brasileiros? *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 38(4), 789–814. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612008000400004>
- Baker, A., & Greene, K. F. (2011). The Latin American left's mandate: Free-market policies and issue voting in new democracies. *World Politics*, 63(1), 43–77. <https://doi.org/10.1017/S0043887110000286>
- Baltagi, B. H., Fingleton, B., & Pirotte, A. (2014). Estimating and forecasting with a dynamic spatial panel data model. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 76(1), 112–138. <https://doi.org/10.1111/obes.12011>
- Baltagi, B. H., & Moscone, F. (2010). Health care expenditure and income in the OECD reconsidered: Evidence from panel data. *Economic Modelling*, 27(4), 804–811. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2009.12.001>
- Barra, C., Lagravinese, R., & Zotti, R. (2022). Exploring hospital efficiency within and between Italian regions: New empirical evidence. *Journal of Productivity Analysis*, 57(3), 269–284. <https://doi.org/10.1007/s11123-022-00633-4>
- Barreto, A. A. D. B. (2018). Novos partidos: Em busca de uma definição conceitual. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (27), 37–72. <https://doi.org/10.1590/0103-335220182702>
- Barroso Junior, G. T., Bertho, A. C. S., & Veiga, A. D. C. (2019). A letalidade dos acidentes de trânsito nas rodovias federais brasileiras em 2016. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 36, 1–22. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0074>
- Beck, N., & Katz, J. N. (1995). What to do (and not to do) with time-series cross-section data. *American Political Science Review*, 89(3), 634–647. <https://doi.org/10.2307/2082979>
- Belchior, A. M., Ferrinho Lopes, H., Cabrita, L., & Tsatsanis, E. (2024). Party policy responsiveness at the agenda-setting and decision-making stages: The mediating effect of the types of government and promise. *International Political Science Review*, 45(3), 316–335. <https://doi.org/10.1177/01925121231155140>
- Berry, W. D., Fording, R. C., & Crofoot, J. K. (2023). Assessing a new measure of state policy mood: Response to Lagodny, Jones, Koch, and Enns. *State Politics & Policy Quarterly*, 23(4), 373–377. <https://doi.org/10.1017/spq.2023.14>
- Berry, W. D., Fording, R. C., Ringquist, E. J., Hanson, R. L., & Klarner, C. E. (2010). Measuring citizen and government ideology in the US states: A re-appraisal. *State Politics & Policy Quarterly*, 10(2), 117–135. <https://doi.org/10.1177/153244001001000201>

- Berry, W. D., Ringquist, E. J., Fording, R. C., & Hanson, R. L. (1998). Measuring citizen and government ideology in the American states, 1960-93. *American Journal of Political Science*, 42(1), 327. <https://doi.org/10.2307/2991759>
- Bertholini, F., & Pereira, C. (2017). Pagando o preço de governar: Custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 528–550. <https://doi.org/10.1590/0034-7612154969>
- Besley, T., & Case, A. (2003). Political institutions and policy choices: Evidence from the United States. *Journal of Economic Literature*, 1, 7–73. <https://doi.org/10.1257/002205103321544693>
- Bjornskov, C. (2008). Social trust and fractionalization: A possible reinterpretation. *European Sociological Review*, 24(3), 271–283. <https://doi.org/10.1093/esr/jcn004>
- Boix, C. (1998). *Political parties, growth and equality: Conservative and social democratic economic strategies in the world economy*. Cambridge University Press.
- Bolognesi, B. (2024). Como medir ideologia partidária? *Revista de Sociologia e Política*, 32, e016. <https://doi.org/10.1590/1678-98732432e016>
- Bolognesi, B., Ribeiro, E., & Codato, A. (2023). Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, 66(2), e20210164. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>
- Borges, A. (2019). Razões da fragmentação: Coligações e estratégias partidárias na presença de eleições majoritárias e proporcionais simultâneas. *Dados*, 62(3), e20170223. <https://doi.org/10.1590/001152582019179>
- Borges, A. (2024). As duas faces da nova direita brasileira: Antipolítica e reação conservadora. *Opinião Pública*, 30, e3018. <https://doi.org/10.1590/1807-019120243018>
- Braga, M. D. S. S., & Pimentel Jr, J. (2011). Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, 17(2), 271–303. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000200001>
- Breton, A., & Wintrobe, R. (1975). The equilibrium size of a budget-maximizing bureau: A note on niskanen's theory of bureaucracy. *Journal of Political Economy*, 83(1), 195–207. <https://doi.org/10.1086/260313>
- Buchanan, J. M., & Tullock, G. (1962). *The calculus of consent: Logical foundations of constitutional democracy*. University of Michigan Press.
- Burst, T., Lehmann, P., Franzmann, S., Al-Gaddooa, D., Ivanusch, C., Regel, S., Riethmüller, F., Weßels, B., Zehnter, L., Wissenschaftszentrum Berlin Für

- Sozialforschung, & Institut Für Demokratieforschung Göttingen. (2024). *ManifestoBERTA* [Dataset]. Manifesto Project. <https://doi.org/10.25522/MANIFESTO.MANIFESTOBERTA.56TOPICS.CONT EXT.2024.1.1>
- Carreirão, Y. D. S. (2014). O sistema partidário brasileiro: Um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 14, 255–295. <https://doi.org/10.1590/0103-335220141410>
- Carreirão, Y. D. S., & Kinzo, M. D. G. (2004). Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, 47(1), 131–167. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000100004>
- Charnes, A., Cooper, W. W., & Rhodes, E. (1978). Measuring the efficiency of decision making units. *European Journal of Operational Research*, 2(6), 429–444. [https://doi.org/10.1016/0377-2217\(78\)90138-8](https://doi.org/10.1016/0377-2217(78)90138-8)
- Cheibub, J. A., Przeworski, A., & Saiegh, S. M. (2004). Government coalitions and legislative success under presidentialism and parliamentarism. *British Journal of Political Science*, 34(4), 565–587. <https://doi.org/10.1017/S0007123404000195>
- Costa, C. M., Matte, A. M., & Monte-Mor, D. S. (2018). Endividamento e decisões contábeis: A relação não linear entre dívida e qualidade dos lucros. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 12, e137077. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2018.137077>
- Costa, M. S. C., & Figueiredo, F. W. S. (2021). Relationship between income inequality, socioeconomic development, vulnerability index, and maternal mortality in Brazil, 2017. *BMC Public Health*, 21(1), 1842. <https://doi.org/10.1186/s12889-021-11861-y>
- Couto, L., Soares, A., & Livramento, B. (2021). Presidencialismo de coalizão: Conceito e aplicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 34, e241841. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.241841>
- Cusack, T. R. (1997). Partisan politics and public finance: Changes in public spending in the industrialized democracies, 1955–1989. *Public Choice*, 91(3–4), 375–395. <https://doi.org/10.1023/A:1004995814758>
- Cusack, T. R. (1999). Partisan politics and fiscal policy. *Comparative Political Studies*, 32(4), 464–486. <https://doi.org/10.1177/0010414099032004003>
- Dalton, R. J. (2008). The quantity and the quality of party systems: Party system polarization, its measurement, and its consequences. *Comparative Political Studies*, 41(7), 899–920. <https://doi.org/10.1177/0010414008315860>

- Däubler, T., & Benoit, K. (2022). Scaling hand-coded political texts to learn more about left-right policy content. *Party Politics*, 28(5), 834–844. <https://doi.org/10.1177/13540688211026076>
- De Loyola Hummell, B. M., Cutter, S. L., & Emrich, C. T. (2016). Social vulnerability to natural hazards in Brazil. *International Journal of Disaster Risk Science*, 7(2), 111–122. <https://doi.org/10.1007/s13753-016-0090-9>
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 880–898. <https://doi.org/10.1590/0034-7612172594>
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), 135–150. <https://doi.org/10.1086/257897>
- Drukker, D. M. (2003). Testing for serial correlation in linear panel-data models. *The Stata Journal: Promoting Communications on Statistics and Stata*, 3(2), 168–177. <https://doi.org/10.1177/1536867X0300300206>
- Farrell, M. J. (1957). The measurement of productive efficiency. *Journal of the Royal Statistical Society. Series A (General)*, 120(3), 253. <https://doi.org/10.2307/2343100>
- Feldman, S., & Johnston, C. (2014). Understanding the determinants of political ideology: Implications of structural complexity. *Political Psychology*, 35(3), 337–358. <https://doi.org/10.1111/pops.12055>
- Ferreira, D. P., Batista, C. M., & Stabile, M. (2008). A evolução do sistema partidário brasileiro: Número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*, 14(2), 432–453. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200007>
- Figueiredo, A. C., & Limongi, F. (2000). Presidential power, legislative organization, and party behavior in Brazil. *Comparative Politics*, 32(2), 151. <https://doi.org/10.2307/422395>
- Fuks, M., & Marques, P. H. (2020). Contexto e voto: O impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. *Opinião Pública*, 26(3), 401–430. <https://doi.org/10.1590/1807-01912020263401>
- Gerring, J. (1997). Ideology: A definitional analysis. *Political Research Quarterly*, 50(4), 957. <https://doi.org/10.2307/448995>
- Geys, B., Heinemann, F., & Kalb, A. (2010). Voter involvement, fiscal autonomy and public sector efficiency: Evidence from German municipalities. *European Journal of Political Economy*, 26(2), 265–278. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2009.11.002>

- Gonçalves, L. G., Funchal, B., & Bezerra Filho, J. E. (2017). A influência dos ciclos políticos nos investimentos públicos em infraestrutura: Um estudo nos estados brasileiros no período de 2003 a 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 462–481. <https://doi.org/10.1590/0034-7612156337>
- Hashim, Z., Fidrmuc, J., & Ghosh, S. (2025). Political parties' ideological bias and convergence in economic outcomes. *European Journal of Political Economy*, 87, 102669. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2025.102669>
- Hauner, D., & Kyobe, A. (2010). Determinants of government efficiency. *World Development*, 38(11), 1527–1542. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2010.04.004>
- Herwartz, H., & Theilen, B. (2017). Ideology and redistribution through public spending. *European Journal of Political Economy*, 46, 74–90. <https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2016.11.002>
- Hibbs, D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, 71(4), 1467–1487. <https://doi.org/10.2307/1961490>
- Hill, A. J., & Jones, D. B. (2017). Does partisan affiliation impact the distribution of spending? Evidence from state governments' expenditures on education. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 143, 58–77. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2017.09.008>
- Honaker, J., & King, G. (2010). What to do about missing values in time-series cross-section data. *American Journal of Political Science*, 54(2), 561–581. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2010.00447.x>
- Imbeau, L. M., Pétry, F., & Lamari, M. (2001). Left–right party ideology and government policies: A meta–analysis. *European Journal of Political Research*, 40(1), 1–29. <https://doi.org/10.1111/1475-6765.00587>
- Izumi, M. Y. (2019). Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil. *Opinião Pública*, 25(1), 29–62. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925129>
- Jorge, V. L., Faria, A. M. T. D., & Silva, M. G. D. (2020). Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: Dilemas metodológicos e revisão da literatura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 33, e227686. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.227686>
- Jorge, V. L., Silva, M. G., Faria, A. M. T. D., & Ferreira, A. R. (2018). Análise dos programas eleitorais dos candidatos a presidente em 2014: O posicionamento ideológico do PT e do PSDB. *Revista de Sociologia e Política*, 26(67), 1–20. <https://doi.org/10.1590/1678987318266701>

- Jost, J. T., Federico, C. M., & Napier, J. L. (2009). Political ideology: Its structure, functions, and elective affinities. *Annual Review of Psychology*, *60*(1), 307–337. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.60.110707.163600>
- Kanyagui, M. K., & Viswanathan, P. K. (2022). Water and sanitation services in India and Ghana: An assessment of implications for rural health and related SDGs. *Water Policy*, *24*(6), 1073–1094. <https://doi.org/10.2166/wp.2022.079>
- Keefer, P. (2007). Clientelism, credibility, and the policy choices of young democracies. *American Journal of Political Science*, *51*(4), 804–821. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2007.00282.x>
- Kim, H., & Fording, R. C. (1998). Voter ideology in western democracies, 1946–1989. *European Journal of Political Research*, *33*(1), 73–97. <https://doi.org/10.1023/A:1006882806861>
- Kim, H., Powell, Jr., G. B., & Fording, R. C. (2010). Electoral systems, party systems, and ideological representation: An analysis of distortion in western democracies. *Comparative Politics*, *42*(2), 167–185. <https://doi.org/10.5129/001041510X12911363509477>
- Kinzo, M. D. G. (2004). Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *19*(54), 23–40. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100002>
- Lacruz, A. J., Américo, B. L., & Carniel, F. (2019). Indicadores de qualidade na educação: Análise discriminante dos desempenhos na Prova Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, *24*, e240002. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240002>
- Laver, M., Benoit, K., & Garry, J. (2003). Extracting policy positions from political texts using words as data. *American Political Science Review*, *97*(2), 311–331. <https://doi.org/10.1017/S0003055403000698>
- Laver, M. J., & Budge, I. (Eds.). (1992). *Party Policy and Government Coalitions*. Palgrave Macmillan UK. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-22368-8>
- Le Mens, G., & Gallego, A. (2025). Positioning political texts with large language models by asking and averaging. *Political Analysis*, 1–9. <https://doi.org/10.1017/pan.2024.29>
- Leoni, E. (2002). Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998). *Dados*, *45*(3), 361–386. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000300002>
- Lowe, W., Benoit, K., Mikhaylov, S., & Laver, M. (2011). Scaling policy preferences from coded political texts. *Legislative Studies Quarterly*, *36*(1), 123–155. <https://doi.org/10.1111/j.1939-9162.2010.00006.x>

- Lucio, F. G. C., & Ayala-García, J. (2022). Public sector efficiency in Brazil. *Regional Science Policy & Practice*, 14(6), 308–322. <https://doi.org/10.1111/rsp3.12464>
- Lumley, T. (2004). Analysis of complex survey samples. *Journal of Statistical Software*, 9(8). <https://doi.org/10.18637/jss.v009.i08>
- Magkonis, G., Zekente, K., & Logothetis, V. (2021). Does the left spend more? An econometric survey of partisan politics. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 83(4), 1077–1099. <https://doi.org/10.1111/obes.12426>
- Mainwaring, S., & Zoco, E. (2007). Political sequences and the stabilization of interparty competition: Electoral volatility in old and new democracies. *Party Politics*, 13(2), 155–178. <https://doi.org/10.1177/1354068807073852>
- Marques Filho, L. B., & Cabral, F. G. (2022). Políticas judiciárias e insuficiência de accountability: Processo eletrônico x taxa de congestionamento na Justiça do Trabalho. *Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos*, 42(89), 1–29. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2021.e67814>
- Mazzei, R. F., Batista, C. L., Antonelli-Ponti, M., Fukusima, S. S., & Silva, J. A. D. (2021). Cognitive abilities, debt, roads and their impact on deaths in traffic in Brazil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37, e3755. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3755>
- Mello Jorge, M. H. P. D., & Latorre, M. R. D. O. (1994). Acidentes de trânsito no Brasil: Dados e tendências. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(suppl 1), S19–S44. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500003>
- Müller, W. C., & Strøm, K. (1999). *Policy, office, or votes? How political parties in western Europe make hard decisions*. Cambridge University Press.
- Musgrave, R. A. (1959). *The theory of public finance: A study in public economy*. Tata-McGraw-Hill Book Company.
- Nicolau, J. (2015). Impact of electronic voting machines on blank votes and null votes in brazilian elections in 1998. *Brazilian Political Science Review*, 9(3), 3–20. <https://doi.org/10.1590/1981-38212015000300017>
- Nonnemacher, J. (2025). Do voters pay attention to transnational politics? Party positions, transnational families, and voter perceptions. *British Journal of Political Science*, 55, e22. <https://doi.org/10.1017/S000712342400070X>
- Oates, W. E. (1999). An essay on fiscal federalism. *Journal of Economic Literature*, 37(3), 1120–1149. <https://doi.org/10.1257/jel.37.3.1120>
- Oates, W. E. (2005). Toward a second-generation theory of fiscal federalism. *International Tax and Public Finance*, 12(4), 349–373. <https://doi.org/10.1007/s10797-005-1619-9>

- Perotti, R., & Kontopoulos, Y. (2002). Fragmented fiscal policy. *Journal of Public Economics*, 86(2), 191–222. [https://doi.org/10.1016/S0047-2727\(01\)00146-3](https://doi.org/10.1016/S0047-2727(01)00146-3)
- Persson, T., & Tabellini, G. (2000). *Political economics: Explaining economic policy*. MIT Press.
- Pickering, A., & Rokey, J. (2011). Ideology and the growth of government. *Review of Economics and Statistics*, 93(3), 907–919. https://doi.org/10.1162/REST_a_00101
- Potrafke, N. (2010). Does government ideology influence deregulation of product markets? Empirical evidence from OECD countries. *Public Choice*, 143(1–2), 135–155. <https://doi.org/10.1007/s11127-009-9494-z>
- Potrafke, N. (2015). The evidence on globalisation. *The World Economy*, 38(3), 509–552. <https://doi.org/10.1111/twec.12174>
- Potrafke, N. (2017). Partisan politics: The empirical evidence from OECD panel studies. *Journal of Comparative Economics*, 45(4), 712–750. <https://doi.org/10.1016/j.jce.2016.12.004>
- Power, T. J., & Rodrigues-Silveira, R. (2019). Mapping ideological preferences in Brazilian elections, 1994–2018: A municipal-level study. *Brazilian Political Science Review*, 13(1), e0001. <https://doi.org/10.1590/1981-3821201900010001>
- Power, T. J., & Zucco, C. (2009). Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990–2005: A research communication. *Latin American Research Review*, 44(1), 218–246. <https://doi.org/10.1353/lar.0.0072>
- Power, T. J., & Zucco, C. (2012). Elite preferences in a consolidating democracy: The Brazilian legislative surveys, 1990–2009. *Latin American Politics and Society*, 54(4), 1–27. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2012.00161.x>
- Raile, E. D., Pereira, C., & Power, T. J. (2011). The executive toolbox: Building legislative support in a multiparty presidential regime. *Political Research Quarterly*, 64(2), 323–334. <https://doi.org/10.1177/1065912909355711>
- Ribeiro, M. G. (2024). Desindustrialização nas metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 26(1). <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202403pt>
- Rodden, J. (2006). *Hamilton's paradox: The promise and peril of fiscal federalism*. Cambridge University Press.
- Roubini, N., & Sachs, J. (1989). Government spending and budget deficits in the industrial countries. *Economic Policy*, 4(8), 99. <https://doi.org/10.2307/1344465>

- Sakurai, S. N., & Menezes-Filho, N. (2011). Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: New evidence at the municipal level. *Public Choice*, 148(1), 233–247. <https://doi.org/10.1007/s11127-010-9654-1>
- Salvato, M. A., Ferreira, P. C. G., & Duarte, A. J. M. (2010). O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 40(4), 753–791. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000400001>
- Samuels, D., & Abrucio, F. L. (2000). Federalism and democratic transitions: The "new" politics of the governors in Brazil. *Publius: The Journal of Federalism*, 30(2), 43–62. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.pubjof.a030084>
- Samuels, D., & Zucco, C. (2014). The Power of Partisanship in Brazil: Evidence from Survey Experiments. *American Journal of Political Science*, 58(1), 212–225. <https://doi.org/10.1111/ajps.12050>
- Santos, I. G. D., Gontijo, J. G. L., & Amaral, E. F. L. (2015). A política de segurança pública no Brasil: Uma análise dos gastos estaduais (1999-2010). *Opinião Pública*, 21(1), 105–131. <https://doi.org/10.1590/1807-0191211105>
- Schmidt, M. G. (1996). When parties matter: A review of the possibilities and limits of partisan influence on public policy. *European Journal of Political Research*, 30(2), 155–183. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1996.tb00673.x>
- Silva, M. G. D., Paolino, T. L., & Medeiros, V. M. (2025). Nomeação, significação e representação: Uma abordagem pós-fundacionalista para a gênese do bolsonarismo. *Revista de Sociologia e Política*, 33, e001. <https://doi.org/10.1590/1678-98732433e001>
- Stimson, J. A., Mackuen, M. B., & Erikson, R. S. (1995). Dynamic representation. *American Political Science Review*, 89(3), 543–565. <https://doi.org/10.2307/2082973>
- Tanzi, V., & Schuknecht, L. (1997). Reconsidering the fiscal role of government: The international perspective. *The American Economic Review*, 87(2), 164–168. <https://doi.org/10.2307/2059729>
- Tarouco, G. (2022). Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil. *Estudos Avançados*, 36(106), 133–133. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.008>
- Tarouco, G. D. S., & Madeira, R. M. (2013). Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: Análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, 7(2), 93. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.38573>
- Tavares, J. (2004). Does right or left matter? Cabinets, credibility and fiscal adjustments. *Journal of Public Economics*, 88(12), 2447–2468. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2003.11.001>

- Törnberg, P. (2024). Large language models outperform expert coders and supervised classifiers at annotating political social media messages. *Social Science Computer Review*, 08944393241286471. <https://doi.org/10.1177/08944393241286471>
- Trabelsi, N., & Boujelbene, Y. (2024). Public sector efficiency and economic growth in developing countries. *Journal of the Knowledge Economy*, 15(1), 596–615. <https://doi.org/10.1007/s13132-022-01038-2>
- Tsebelis, G. (1995). Decision making in political systems: Veto players in presidentialism, parliamentarism, multicameralism and multipartyism. *British Journal of Political Science*, 25(3), 289–325. <https://doi.org/10.1017/S0007123400007225>
- Tsebelis, G. (2002). *Veto players: How political institutions work*. Princeton University Press. <https://doi.org/10.1515/9781400831456>
- Vasquez, V., Curi, H., & Silva, B. S. D. (2021). Prefeitos e a construção do apoio legislativo nos municípios. *Dados*, 64(2), e20190217. <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.2.237>
- Venturelli, G. (2024). Are there populist parties in Brazil? An analysis of Election manifestos (2010-2022). *Party Politics*, 13540688241269775. <https://doi.org/10.1177/13540688241269775>
- Volkerink, B., & De Haan, J. (2001). Fragmented government effects on fiscal policy: New evidence. *Public Choice*, 109(3–4), 221–242. <https://doi.org/10.1023/A:1013048518308>
- Yadava, A. K., & Neog, Y. (2022). Public sector performance and efficiency assessment of indian states. *Global Business Review*, 23(2), 493–511. <https://doi.org/10.1177/0972150919862664>
- Zucco, C. (2009). Ideology or what? Legislative behavior in multiparty presidential settings. *The Journal of Politics*, 71(3), 1076–1092. <https://doi.org/10.1017/S0022381609090896>
- Zucco, C., & Power, T. J. (2024). The ideology of brazilian parties and presidents: A research note on coalitional presidentialism under stress. *Latin American Politics and Society*, 66(1), 178–188. <https://doi.org/10.1017/lap.2023.24>

APÊNDICE A – CLASSIFICAÇÃO COMPLETA DOS 35 PARTIDOS

Tabela 7 - Classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros

Classificação Ideológica	Score (0 – 10)	Partidos
Extrema Esquerda	0 a 1,5	PSTU (0,51), PCO (0,61), PCB (0,91), PSOL (1,28)
Esquerda	1,51 a 3	PCdoB (1,92), PT (2,97)
Centro-Esquerda	3,01 a 4,49	PDT (3,92), PSB (4,05), Rede (4,77)
Centro	4,5 a 5,5	PPS/Cidadania (4,92), PV (5,29)
Centro-Direita	5,51 a 7	PTB (6,1), PAN (6,1), PSD41 (6,1), Avante/PTdoB (6,32), Solidariedade (6,5), PMN (6,88), PMB (6,9), PHS (6,96)
Direita	7,01 a 8,5	MDB (7,01), PSD55 (7,09), PSDB (7,11), Podemos (7,24), PL (7,27), PRTB (7,45), Pros (7,47), PRP (7,59), RB/Republicanos (7,78), PRONA (7,78), PL (7,78), PTC (7,86), DC/PSDC (8,11), PSL (8,11), Novo (8,13), Progressistas/PP (8,20), PSC (8,33)
Extrema Direita	8,51 a 10	Patriota/PEN (8,55), DEM (8,57)

Nota. PSD41: Refere-se ao PSD com número eleitoral 41, incorporado ao PTB em 2003. PSD55: Refere-se ao PSD com número eleitoral 55, criado em 2011. Avante/PTdoB: Partido que mudou de nome de PTdoB para Avante em 2017, mantendo o número 70. DC/PSDC: Partido que mudou de nome de PSDC para DC em 2017, mantendo o número 27. Patriota/PEN: Partido que mudou de nome de PEN para Patriota em 2017, mantendo o número 51. Progressistas/PP: Partido que mudou de nome de PP para Progressistas em 2017, mantendo o número 11.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com a classificação dada por Bolognesi et al. (2023)

Tabela 8 - Tratamento aplicado a partidos que passaram por mudanças estruturais

Partido	Número Eleitoral	Evento	Ano	Tratamento Aplicado
PSD41	41	Incorporado ao PTB	2003	Antes de 2003: score original Após 2003: score do PTB (6,10)
PAN	26	Incorporado ao PTB	2006	Antes de 2006: score original Após 2006: score do PTB (6,10)
PRONA	56	Sucedido pelo PL	2006	Antes de 2006: score original Após 2006: score do PL (7,78)
PTdoB	70	Mudou nome para Avante	2017	Mantido o mesmo score para todo o período (6,32)
PSDC	27	Mudou nome para DC	2017	Mantido o mesmo score para todo o período (8,11)
PRB	10	Mudou nome para Republicanos	2019	Mantido o mesmo score para todo o período (7,78)
PRP	44	Fundido ao Patriota	2018	Antes de 2018: score original Após 2018: score do Patriota (8,55)
Pros	90	Incorporado ao Solidariedade	2022	Antes de 2022: score original Após 2022: score do Solidariedade (6,50)
PSL	17	Fundido com DEM formando União Brasil	2022	Antes de 2022: score original (8,11)

DEM	25	Fundido com PSL formando União Brasil	2022	Antes de 2022: score original (8,57)
-----	----	---	------	--------------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

APÊNDICE B – ESTIMATIVAS DOS MODELOS POR SUBDIMENSÃO

Tabela 9 - Estimativas dos modelos propostos - ideologia do partido do governo

Variável Independente	Variável Dependente								
	EFICIÊNCIA (DEA)					EFICIÊNCIA (MUSGRAVE)			
	ADM	SAUDE	EDUC	INFRA	GERAL	DIST	ESTAB	DESECON	GERAL
Constante	-2,866***	0,594	-0,308	0,493	-0,522	-0,361	0,107	-1,760***	-0,671**
IDEOL = GOVERNO	-0,122	-0,188**	-0,087	-0,084	-0,120**	-0,300***	-0,021	0,059	-0,087*
(IDEOL = GOVERNO) ²	0,01	0,016**	0,006	0,007	0,010**	0,025***	0,002	-0,003	0,008**
CONGGRUE	-0,019	0,376	0,456	-0,386	0,107	1,269***	0,055	-0,199	0,375**
HOMOGENE	0,773**	0,488*	0,366	0,869***	0,624***	-0,059	-0,141	0,303	0,034
COERENCIA	0,073	0,089	0,235**	0,045	0,110*	0,372***	-0,01	0,304***	0,222***
IDEOASSEM	0,000	0,004	-0,007**	-0,009***	-0,003	-0,001	0,001	-0,011***	-0,004*
CONTIVS	-0,002	0,263**	-0,157	0,108	0,053	0,153	-0,055	0,244**	0,114
PVNULOS	-1,065	-0,199	0,118	2,605***	0,365	1,806*	0,323	0,341	0,823**
PVABST	-1,132**	0,399	0,043	-1,521***	-0,553	0,89	0,072	-0,314	0,216
IDADE	0,002*	0,003**	0,003**	0,004***	0,003***	0,000	0,001	0,004***	0,002**
DFEM	0,031	0,001	0,015	0,042	0,022	-0,027	0,040	0,021	0,011
DSUPERIOR	0,155***	0,006	-0,052**	0,110***	0,055***	0,042	0,014	-0,04	0,006
DCASADO	-0,022	0,02	0,008	-0,121***	-0,029	-0,084*	0,008	-0,037	-0,038*
LNPIBPERC	0,149***	0,033	0,009	-0,093*	0,024	-0,171***	0,036*	-0,019	-0,052*
LNRECPERC	-0,126**	-0,327***	-0,119**	-0,123**	-0,174***	0,102*	-0,036**	-0,013	0,018
LNPOP	0,144***	0,050**	0,024	0,065**	0,071***	0,031	-0,008	0,087***	0,037***
Efeito Fixo - ANO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito Fixo - REGIÃO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
N° Obs.	351	351	351	351	351	351	351	351	351
Estatística F	61,779	109,864	38,098	12,624	87,119	7,077	2,162	27,317	27,194
p-valor (F)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
R-quadrado	0,74	0,805	0,718	0,529	0,834	0,336	0,337	0,722	0,593

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Tabela 10 - Estimativas dos modelos propostos - ideologia do eleitor

Variável Independente	Variável Dependente								
	EFICIÊNCIA (DEA)					EFICIÊNCIA (MUSGRAVIANO)			
	ADM	SAUDE	EDUC	INFRA	GERAL	DIST	ESTAB	DESECON	GERAL
Constante	-0,177	5,305***	4,853***	2,511*	3,123***	7,034***	-0,315	-0,159	2,187***
IDEOL = ELEITOR	-0,751**	-1,461***	-1,477***	-0,677**	-1,092***	-2,243***	0,104	-0,527*	-0,889***
(IDEOL = ELEITOR) ²	0,057*	0,119***	0,115***	0,058**	0,087***	0,179***	-0,008	0,044*	0,072***
CONGRUE	-0,287	-0,18	0,342*	-0,701***	-0,207*	0,524**	0,006	0,069	0,200*
HOMOGENE	0,692**	0,383	0,284	0,825***	0,546***	-0,148	-0,099	0,459	0,071
COERENCIA	0,041	0,069	0,217**	0,05	0,094*	0,272***	-0,042	0,245***	0,158***
IDEOASSEM	0,001	0,004	-0,006*	-0,009***	-0,003	0	0	-0,013***	-0,004**
CONTIVS	0,021	0,298***	-0,13	0,126	0,079	0,173	-0,074	0,186*	0,095
PVNULOS	-0,891	0,077	0,565	2,701***	0,613*	2,254**	0,257	0,529	1,014***
PVABST	-0,971**	0,634	0,216	-1,436***	-0,389	1,402**	0,149	-0,149	0,468*
IDADE	0,002	0,002**	0,003**	0,003***	0,003***	-0,001	0	0,004***	0,001
DFEM	0,03	0,023	0,029	0,058	0,035	0,016	0,048	0,065	0,043
DSUPERIOR	0,154***	-0,002	-0,052**	0,104***	0,051***	0,037	0,015	-0,035	0,006
DCASADO	-0,042	0,006	-0,018	-0,120***	-0,044**	-0,117***	0,009	-0,038	-0,049**
LNPIBPERC	0,152***	0,042	0,009	-0,087*	0,029	-0,160***	0,037*	-0,023	-0,049*
LNRECPERC	-0,154***	-0,361***	-0,170***	-0,131**	-0,204***	0,044	-0,030**	-0,022	-0,003
LNPOP	0,136***	0,047*	0,011	0,068**	0,066***	0,02	-0,006	0,085***	0,033***
Efeito Fixo - ANO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito Fixo - REGIÃO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
N° Obs.	351	351	351	351	351	351	351	351	351
Estatística F	67,118	122,679	47,601	12,662	102,48	6,947	2,255	26,404	27,25
p-valor (F)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
R-quadrado	0,743	0,811	0,733	0,533	0,841	0,37	0,332	0,719	0,609

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Tabela 11 - Estimativas dos modelos propostos - ideologia da coligação

Variável Independente	Variável Dependente								
	EFICIÊNCIA (DEA)					EFICIÊNCIA (MUSGRAVIANO)			
	ADM	SAUDE	EDUC	INFRA	GERAL	DIST	ESTAB	DESECON	GERAL
Constante	-2,197***	1,639*	0,805	1,113	0,34	1,352*	0,075	-1,460**	-0,011
IDEOL = COLIGAÇÃO	-0,219*	-0,356**	-0,352***	-0,213*	-0,285***	-0,592***	-0,004	-0,116	-0,237***
(IDEOL = COLIGAÇÃO) ²	0,018*	0,030***	0,030***	0,018*	0,024***	0,050***	0,001	0,013*	0,021***
CONGGRUE	-0,002	0,452	0,814**	-0,226	0,26	1,469***	0,028	0,15	0,549***
HOMOGENE	0,268	-0,279	-0,4	0,453	0,01	-1,280***	-0,107	0,16	-0,409**
COERENCIA	0,099	0,116	0,308***	0,046	0,142**	0,392***	-0,042	0,355***	0,235***
IDEOASSEM	0,000	0,005	-0,006*	-0,009***	-0,002	0,001	0	-0,011***	-0,003*
CONTIVS	0,031	0,304***	-0,111	0,114	0,085	0,2	-0,071	0,258**	0,129*
PVNULOS	-1,220*	-0,407	-0,008	2,495***	0,215	1,471	0,307	0,524	0,767**
PVABST	-1,085**	0,509	0,008	-1,431***	-0,5	1,130*	0,155	-0,403	0,294
IDADE	0,002*	0,003**	0,003**	0,004***	0,003***	0,000	0	0,005***	0,002**
DFEM	0,01	-0,03	-0,017	0,033	-0,001	-0,069	0,047	0,001	-0,007
DSUPERIOR	0,152***	0,004	-0,053**	0,111***	0,054***	0,043	0,016	-0,033	0,009
DCASADO	-0,021	0,02	0,013	-0,121***	-0,027	-0,083*	0,007	-0,034	-0,037*
LNPIBPERC	0,139***	0,016	-0,012	-0,105**	0,01	-0,201***	0,036*	-0,034	-0,066**
LNRECPERC	-0,119**	-0,314***	-0,110**	-0,115**	-0,164***	0,126**	-0,034**	-0,004	0,029
LNPOP	0,148***	0,056**	0,029	0,068***	0,075***	0,040*	-0,008	0,085***	0,039***
Efeito Fixo - ANO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito Fixo - REGIÃO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
N° Obs.	351	351	351	351	351	351	351	351	351
Estatística F	60,761	106,59	39,328	12,77	91,133	6,908	2,214	28,065	28,463
p-valor (F)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
R-quadrado	0,741	0,809	0,726	0,533	0,84	0,364	0,331	0,73	0,613

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Tabela 12 - Estimativas dos modelos propostos - ideologia do plano de governo

Variável Independente	Variável Dependente								
	EFICIÊNCIA (DEA)					EFICIÊNCIA (MUSGRAVIANO)			
	ADM	SAUDE	EDUC	INFRA	GERAL	DIST	ESTAB	DESECON	GERAL
Constante	100,265***	39,609	30,689	38,554	52,279**	65,485	-20,317*	70,657*	65,485
IDEOL = PLANO GOV	-40,680***	-15,478	-12,497	-15,795	-21,112**	-27,023	8,035*	-29,101**	-27,023
(IDEOL = PLANO GOV) ²	4,003***	1,53	1,258	1,633	2,106**	2,762	-0,790*	2,916**	2,762
CONGGRUE	-0,439**	-0,222	0,126	-0,639***	-0,293**	0,349	0,03	0,087	0,349
HOMOGENE	0,691**	0,389	0,223	0,772**	0,519***	-0,263	-0,101	0,432	-0,263
COERENCIA	0,104	0,065	0,252***	-0,036	0,096*	0,229**	-0,054	0,205***	0,229**
IDEOASSEM	-0,001	0,005	-0,006*	-0,007**	-0,002	0,003	0,001	-0,012***	0,003
CONTIVS	0,027	0,290**	-0,112	0,116	0,08	0,184	-0,074	0,178	0,184
PVNULOS	-1,100*	-0,369	-0,041	2,248***	0,185	1,176	0,282	0,227	1,176
PVABST	-1,079**	0,545	0,03	-1,354***	-0,464	1,275**	0,164	-0,099	1,275**
IDADE	0,002	0,003**	0,003**	0,004***	0,003***	0,000	0,001	0,004***	0
DFEM	0,027	-0,009	-0,006	0,036	0,012	-0,044	0,047	0,055	-0,044
DSUPERIOR	0,160***	0,003	-0,058**	0,102***	0,052***	0,029	0,014	-0,032	0,029
DCASADO	-0,013	0,019	0,013	-0,114***	-0,024	-0,078*	0,004	-0,026	-0,078*
LNPIBPERC	0,138***	0,038	0,02	-0,065	0,033	-0,127**	0,040*	-0,016	-0,127**
LNRECPERC	-0,103**	-0,316***	-0,117**	-0,126**	-0,166***	0,107*	-0,038**	-0,005	0,107*
LNPOP	0,157***	0,057**	0,026	0,061**	0,075***	0,03	-0,01	0,086***	0,03
Efeito Fixo - ANO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito Fixo - REGIÃO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
N° Obs.	351	351	351	351	351	351	351	351	351
Estatística F	60,934	40,000	34,961	11,500	91,109	4,890	5,000	25,460	4,890
p-valor (F)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
R-quadrado	0,745	0,801	0,716	0,536	0,832	0,33	0,335	0,719	0,33

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).